RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – 1º SEMESTRE 2021

Sumário

O FUMPRES 3
Imagem Institucional 7
Gestão de Pessoal 9
Estrutura Quadro de Pessoal 9
Organograma 10
Dados dos Segurados, Receitas e Despesas 10
Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas 10
Resumo das folhas de pagamentos 11
Valor da arrecadação de contribuição e outras receitas 11
Outras despesas – despesas administrativas (FUMPRES + Tesouro) 12
Base de contribuição de ativos/estatutários 12
Gestão de Benefícios 12
Base de Benefícios 12
Evolução da Situação Atuarial 14
Alterações Legais 15
Histórico do Déficit Atuarial 16
Gestão de Investimentos 17
Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos 19
Evolução da Carteira de investimentos 19
Carteira Completa 20
Fluxo de Caixa - janeiro a junho de 2021 20
Poupança Púbica 21
Plano de Capitalização 21
Resultados investimentos 22
Rendimento 23
Rentabilidade 24
Órgãos Colegiados 24
Conselho Deliberativo – Conselho Municipal de Previdência do Servidor - COMPRES 24
Cronograma das Reuniões 25
Conselho Fiscal 26
Cronograma de Reuniões 26

Comitê de Investimentos 28
Cronograma de Reuniões 29
Órgãos de Fiscalização do FUMPRES 31
Gestão Orçamentária e Financeira 31
Receita Previdenciária 31
Despesa Previdenciária 32
Gerenciamento de Custeio e Contratos 33
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Contrato 077/2020) 34
Energia Elétrica (Contrato 007/2021 / Conta Contrato 7041858910) 34
Internet (Contrato 036/2020) 35
Telefonia fixa (Contrato 045/2020) 36
Telefonia fixa (Contrato 046/2020) 36
Telefonia fixa (Contrato 047/2020) 36
Telefonia fixa (Contrato 061/2020) 37
Telefonia móvel (Contrato 081/2018) 37
Aparelhos telefônicos (Contrato 094/2019) 38
Impressões e locações de impressoras 39
Combustível (Contrato 050/2020) 39
Veículos (Contrato 055/2019) 40
Elevadores (Contrato 10/2019) 41
Locações de Microcomputadores 41
Gestão de Compras 42
Controle Interno 43
Controle Administrativo – Contratos/ Compras/ Licitações 46
Controle de Benefícios – Concessão e Revisão 46
Controle Contábil/Financeira – Apuração do Pagamento do PASEP 48
Controle Contábil/Financeira – Execução Orçamentária 48
Controle de Investimentos 48
Business Process Managament (Bpm) 49
Cumprimento de Decisões Judiciais 52
Canais de Atendimento 53
Presencial 55
Serviços Online 58

O FUMPRES

A história do Montepio dos Servidores Municipais e a cidade do Salvador

O contexto sociopolítico brasileiro da segunda metade do século XIX foi caracterizado por décadas de instabilidades com tensões diversas e um panorama social conturbado, marcado pela escravidão e seu fim em 1888. O cenário da República a partir de 1889, com seu conceito de modernidade e "civilidade", buscou realizar mudanças nesse contexto. Medidas com o intuito de "modernizar" o país e as capitais passaram a vigorar, juntamente com reformas no tecido urbano, novas relações de trabalho e o fortalecimento de concepções indo de encontro ao novo governo, mesmo que na prática diversos problemas ainda persistissem, principalmente no que toca o social.

Em Salvador temos no final do século XIX uma população de 174.412 habitantes, enquanto que, na última década desse mesmo século, o Brasil possuía mais de 16 milhões de habitantes. Boa parte da elite política baiana tinha se conservado fiel à monarquia, lembra a historiadora Consuelo Sampaio, aderindo com certo contragosto à República, o que reflete parte do panorama político da época e seus projetos para o Estado.

É nesse contexto de mudanças profundas no cenário nacional, já na República, que em 15 de abril de 1893 o Conselho Municipal baixou a resolução n° 14, autorizando o Intendente a criar o Monte-Pio "obrigatório para os empregados municipais (...) nas mais largas e seguras bases possíveis", lembra o procurador João Francisco Prisco Paraiso Neto em sua "Coletânea das Leis do Montepio dos servidores municipais do Salvador", de 1966. Com a promulgação do primeiro estatuto em 20 de Julho do mesmo ano, sendo Intendente do Município José Luiz de Almeida Couto.

O intendente José Luiz de Almeida Couto (na pintura ao lado) foi um médico de relevância no cenário baiano e da política nacional sendo presidente da província de São Paulo, além da Bahia. Foi Deputado à Assembleia Geral Legislativa e

organizou, já na República, o Partido Nacional na Bahia, sendo inclusive candidato à vice-presidência da República. Catedrático da Faculdade de Medicina em Salvador, escreveu livro de grande relevância no meio acadêmico. Faleceu no dia 9 de outubro de 1895, como intendente na Bahia, destacado com ênfase na "Necrologia de Brazileiros Illustres" do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1896 (pg. 109–110).

Na mesma década, foram inaugurados na capital baiana: o Arquivo Público (1890), o Corpo de Bombeiros (1894) e a Escola Politécnica (1897). No setor privado, em 1891, destacaram-se a fundação do Empório Industrial do Norte, do industrial Luiz Tarquínio e a Cia. Progresso Industrial da Bahia, da família Catharino, sendo maior expoente o Comendador Bernardo Martins Catharino. Em 1897 foi inaugurada a primeira linha de bondes elétricos, a Cia. de Carris Elétrico. Nos anos seguintes, já na primeira década do século XX, significativas obras marcaram a região central de Salvador, especialmente no Porto, local de destaque desde séculos anteriores no fluxo e refluxo de mercadorias.

É importante destacar que a criação do Montepio Municipal em 1893 procede outras organizações já existentes. Pedro de Almeida Vasconcelos lembra, em "Salvador: Transformações e Permanências (1549 – 1999)", que na década de 50 do século XIX, em 1853, foram criadas "novas organizações de trabalhadores" como a Sociedade Montepio dos Artistas, com o objetivo de assistir na doença e assegurar o funeral". E em 1857 o Montepio dos Caixeiros Nacionais. Ainda antes, na década de 20 do século XIX, existia a Sociedade dos Artífices, depois nomeada Montepio dos Artífices.

As três primeiras décadas do século XX registraram alterações que valem ser destacadas na parte administrativa da realidade baiana já com uma população que ultrapassou os 205 mil habitantes e uma expectativa média de vida de 33 anos. Primeiro os governadores passaram a nomear os intendentes municipais, lembra Pedro de Almeida Vasconcelos. E em 1921 é publicado o Código de Posturas Municipais, passando em 1926 os conselheiros do município serem

denominados vereadores. É só em 1930 que a dominação de “Prefeito” passa oficialmente a designar o chefe do executivo no Munícipio de Salvador.

Ainda em 1928 o Intendente Municipal “engenheiro Francisco de Souza” publica o “Acto N° 89” regulamentando o Monte-Pio; nos anos seguintes os atos publicados já utilizam a denominação de prefeito. Em 1928 o Monte-Pio dos Funcionários Municipais passou a ser regulamentado pela Lei nº 1.202 de 31 de dezembro de 1928, objetivando, entre outros pontos, conceder amparos por motivo de invalidez e velhice ao segurado e seus familiares.

O principal destaque da década de 1940 em Salvador foi a assinatura do contrato com o engenheiro Mario Leal Ferreira com a finalidade da elaboração de um plano urbano para a Cidade, o EPUCS. Fundamental para as obras que mudariam o contexto da cidade a partir da década de 1960 e 70 nas gestões municipais e estaduais de Antônio Carlos Magalhães. Na década de 1940 a cidade possuía uma população de 290 mil habitantes.

Nessa mesma década Salvador viveu um contexto de grandes transformações urbanas com a exploração massiva da região do seu miolo, a continuidade da abertura das avenidas de vale, criação do Centro Administrativo da Bahia e a abertura da Avenida Paralela, possibilitando uma ligação com o novo eixo de crescimento da Cidade. Na época, em 1970, a capital baiana tem mais de 1 milhão de habitantes, número que continua crescendo consideravelmente nas décadas seguintes.

Em 1973, ocorreu a fusão do Montepio dos Servidores Municipais do Salvador (MSMS) e a Fundação de Assistência Médica ao Servidor Municipal (FAMSER), através da Lei 2.456/1973, criando-se então o Instituto de Previdência do Salvador (IPS), que passou a ser responsável pela seguridade social dos servidores municipais, preservando a todos os benefícios anteriores e ampliando ainda mais o rol de garantias sociais.

É importante observar que, no §3° do Art. 1° desta lei, já se destaca preocupação quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial:

Nenhuma prestação de caráter previdenciário ou assistencial poderá ser criada, majorada ou estendida no Município do Salvador, sem que, em contrapartida, seja estabelecida a competente receita de cobertura.

Àquela época, a legislação determinava ao então IPS o cumprimento de assistência financeira aos segurados, além da assistência médica - englobando tratamento ambulatorial, hospitalização e tratamento de "afecções médicas e cirúrgicas", bem como assistência farmacêutica. A assistência financeira compreendia empréstimos funeral, saúde e nupcial (de concessão obrigatória) ou de emergência, simples e imobiliários (de concessão não obrigatória).

Nessa mesma década Salvador viveu um contexto de grandes transformações urbanas com a exploração massiva da região do seu miolo, a continuidade da abertura das avenidas de vale, criação do Centro Administrativo da Bahia e a abertura da Avenida Paralela, possibilitando uma ligação com o novo eixo de crescimento da Cidade. Na época, em 1970, a capital baiana tem mais de 1 milhão de habitantes, número que continua crescendo consideravelmente nas décadas seguintes.

Até o início dos anos 1990, os servidores e agentes políticos da Câmara Municipal do Salvador eram atendidos pelo Instituto de Previdência dos Vereadores do Salvador (IPVS), criado pela Lei nº 3.822 de 24 de novembro de 1987. Pela Lei nº 4.281/1991, o então prefeito Fernando José Guimarães Rocha (nome do edifício que sedia a atual Diretoria Geral de Previdência) extinguiu o IPVS, transferindo as suas obrigações de seguridade social e o patrimônio para o IPS.

Em 2016, pela Lei nº 9.186/2016, o Instituto de Previdência do Salvador (chamado Previs) foi extinto na reforma administrativa proposta pelo executivo municipal, sob a condição de organização de uma estrutura gestora subordinada

à administração direta. Foi pela Lei 9.216/2017 que ficou instituído o sistema de gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Salvador, integrado pelo Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES), pela Diretoria Geral de Previdência (DPR) vinculada à Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), e pelos Conselho Municipal de Previdência do Servidor (COMPRES), Conselho Fiscal do FUMPRES e Comitê de Investimentos.

Por Rafael Dantas - historiador, professor e mestrando em Cultura Material pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Imagem Institucional

As diretrizes organizacionais da Diretoria de Previdência, são pautadas conforme explicitado abaixo:

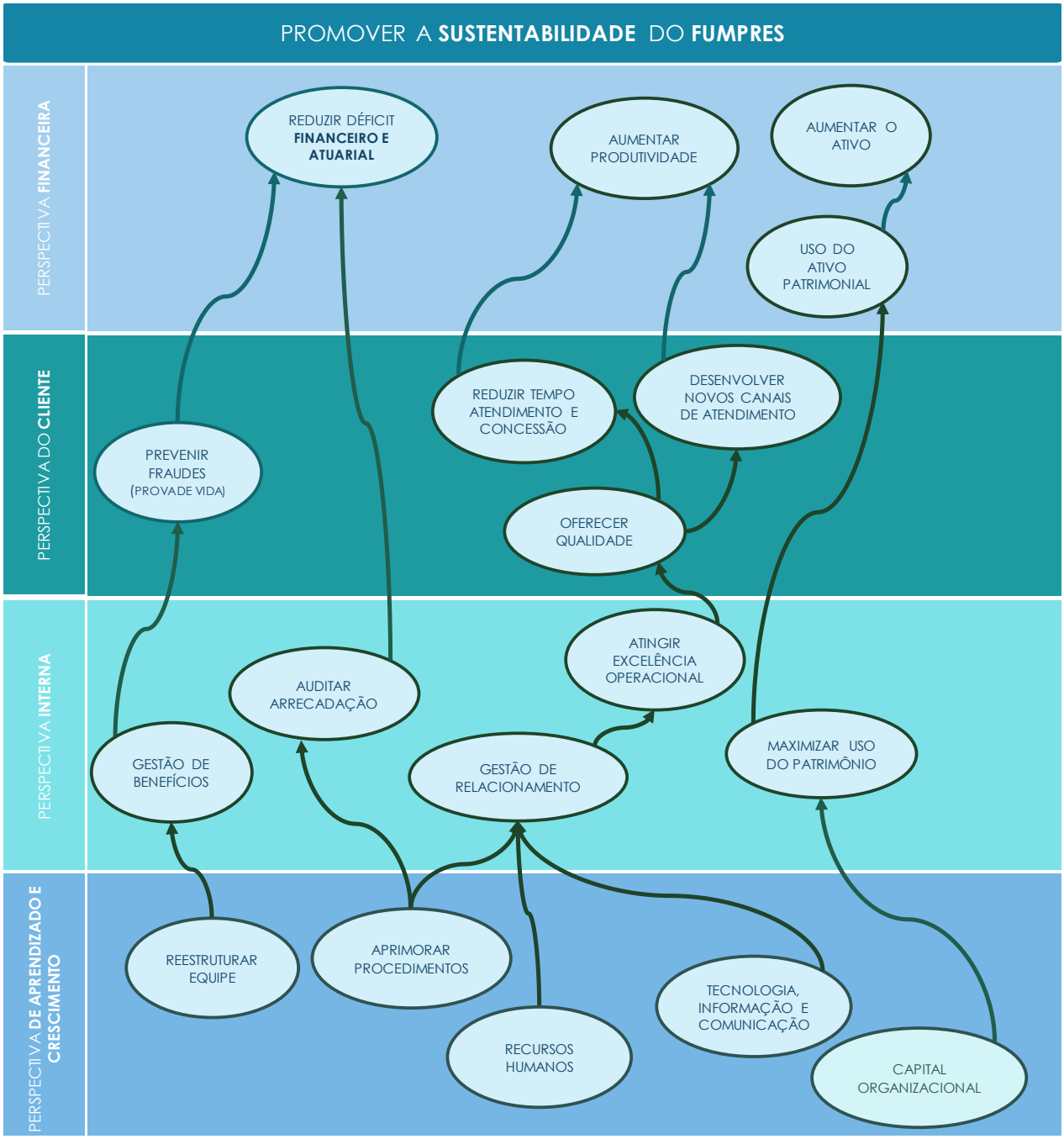
Missão: Gerir o RPPS municipal, garantindo os recursos necessários a continuidade do Regime de Previdência considerando os princípios que regem o direito previdenciário, no tocante a participação do segurado e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Visão: Assegurar aos beneficiários do Regime, as concessões e o pagamento dos benefícios previdenciários de forma ininterrupta a partir de uma gestão eficiente, transparente e participativa sem comprometer as contas públicas.

Valores: Respeito; Modernidade; Responsabilidade; Moralidade; Ética; Transparência; Presteza.

A gestão estratégica trata em primeiro lugar da formulação de métodos que determinem rumos ou formas de atingir objetivos. Essas estratégias são reunidas no planejamento que deve ser implementado e controlado. Diante disso, o planejamento estratégico do FUMPRES pode ser acessado através do site institucional, conforme link abaixo:
http://previdencia.salvador.ba.gov.br/images/pdf/Governanca/Planejamento_Estrategico/PLANEJAMENTO_ESTRATGICO_2021-2025.pdf

Mapa Estratégico:



Objetivo Geral:

- Garantir que a Diretoria Geral de Previdência do município de Salvador esteja no caminho mais adequado em termos de eficiência e gestão, bem como obter reconhecimentos que potencializem os trabalhos executados.

Objetivo Específicos:

- Realizar um panorama situacional da DPR a partir do ponto de vista da Diretoria Executiva, servidores e colaboradores por meio da identificação de gargalos, visando análise de medidas e estabelecimento de metas;
- Definir metodologias que agregam valor ao serviço fornecido aos servidores municipais, utilizando sempre o princípio de melhoria contínua;
- Obter subsídios para revisar a missão, visão e as estratégias para o funcionamento eficientes das atividades realizadas pela Diretoria Geral de Previdência;
- Realizar análise do ambiente interno e ambiente externo, visando avaliar e compreender a atual situação da organização, bem como auxiliar nas tomadas de decisões através do desenvolvimento do diagnóstico detalhado das oportunidades, ameaças, forças e fraquezas.

Gestão de Pessoal

Estrutura Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal é composto por estatutários (29) e cargos (17) que compõem a Direção Estratégica:

- Secretário Municipal de Gestão
- Subsecretária Municipal de Gestão
- Diretor Geral de Previdência
- Gerente de Previdência
- Gerente Administrativa e Financeira
- Gerente de Controle de Processos e Avaliação de Riscos
- Assessora Especial de Informações e Apoio aos Conselhos
- Assessora de Compensação Previdenciária
- Assessora de Apoio da Gestão do RPPS e RPC
- Ouvidora Setorial do FUMPRES
- Coordenadora de Folha de Pagamento
- Coordenador de Gestão da Dívida Ativa Previdenciária e do Patrimônio

- Coordenador de Execução e Controle Orçamentário/Financeiro
- Gestor da Unidade de Contabilidade e Recursos do RPPS
- Gestora da Unidade de Arrecadação Financeira

Organograma

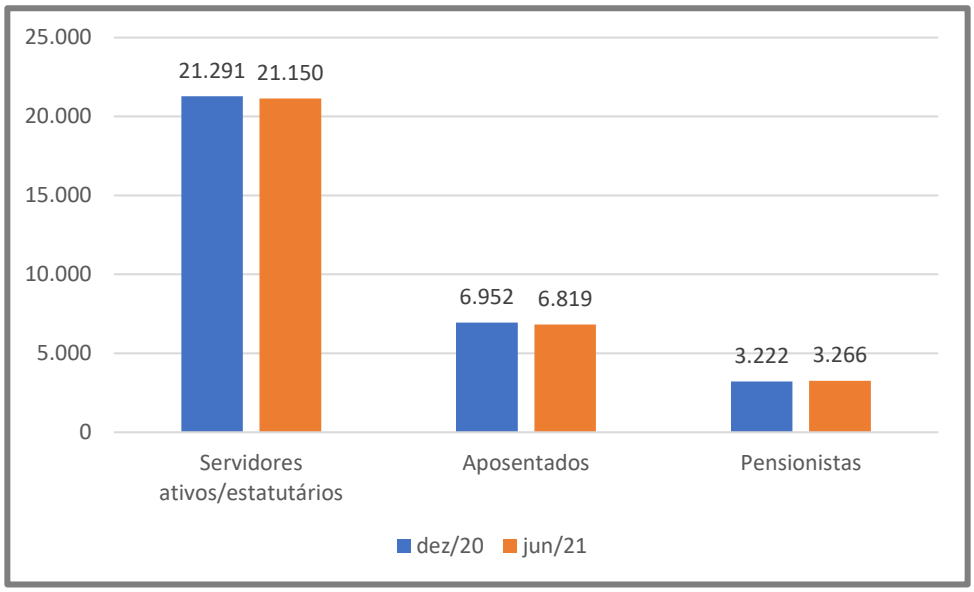
Dados dos Segurados, Receitas e Despesas

Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas

O fechamento do 1º semestre de 2021 apresentou os seguintes dados referentes ao quantitativo dos servidores ativos/estatutários, inativos e pensionistas.

Segurados	Junho/2021
Servidores ativos/estatutários	21.150
Aposentados	6.819
Pensionistas	3.266

Diante disso, é possível verificar que houve cerca de 0,73% de redução da quantidade total de segurados em relação ao segundo semestre de 2020. Apresentando um aumento apenas na quantidade de pensionistas por pensão por morte.



Resumo das folhas de pagamentos

As folhas de pagamento do 1º semestre de 2021, apresentaram os seguintes resultados:

Mês	Valor Bruto	Valor Líquido
Janeiro/2021	R$ 45.138.267,33	R$ 34.574.582,59
Fevereiro/2021	R$ 45.353.335,08	R$ 34.675.027,27
Março/2021	R$ 44.725.696,40	R$ 34.306.633,86
Abril/2021	R$ 44.658.445,58	R$ 34.245.519,92
Maio/2021	R$ 55.572.738,55	R$ 45.174.631,40
Junho/2021	R$ 42.691.816,82	R$ 32.358.579,70
TOTAL	R$ 278.140.299,76	R$ 215.334.974,74

Valor da arrecadação de contribuição e outras receitas

Mês	Valor
Janeiro/2021	R$ 43.417.797,24
Fevereiro/2021	R$ 43.877.422,10
Março/2021	R$ 43.317.459,47
Abril/2021	R$ 43.772.743,75
Maio/2021	R$ 42.174.199,47
Junho/2021	R$ 45.392.748,09

Outras despesas – despesas administrativas (FUMPRES + Tesouro)

Mês	Valor
Janeiro/2021	R$ 1.248.2010,81
Fevereiro/2021	R$ 532.512,87
Março/2021	R$ 691.928,00
Abril/2021	R$ 638.850,87
Maio/2021	R$ 809.025,71
Junho/2021	R$ 706.792,84

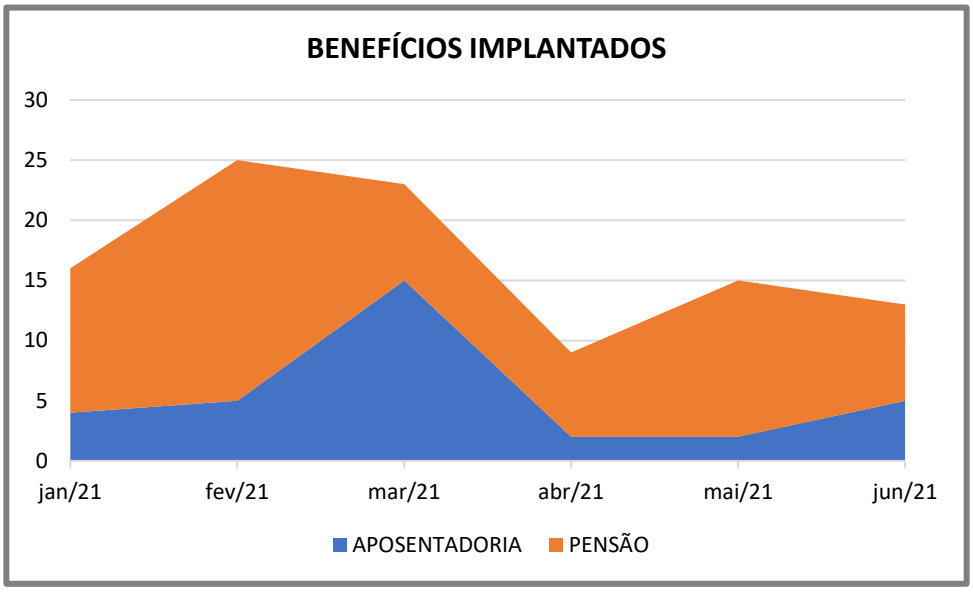
Base de contribuição de ativos/estatutários

Mês	Poder Executivo	Poder Legislativo
Janeiro/2021	R$ 102.980.442,19	R$ 2.128.703,76
Fevereiro/2021	R$ 103.091.922,41	R$ 2.141.824,61
Março/2021	R$ 102.197.751,92	R$ 2.160.283,91
Abril/2021	R$ 102.155.359,34	R$ 2.168.992,24
Maio/2021	R$ 102.059.307,06	R$ 2.167.552,30
Junho/2021	R$ 101.243.889,02	R$ 2.160.553,98

Gestão de Benefícios

Base de Benefícios

O FUMPRES conta com uma base de 31.235 servidores, dos quais 21.150 são efetivos, 6.819 são inativos e 3.266 são pensões por morte instituídas. Apresentamos, no gráfico a seguir, uma série histórica dos benefícios (de aposentadoria e de pensão por morte) implantados a cada mês do primeiro semestre de 2021, conforme dados coletados no dia 15 de outubro pela Assessoria Especial de Informações, juntamente com a Coordenadoria da Folha de Pagamento do FUMPRES.

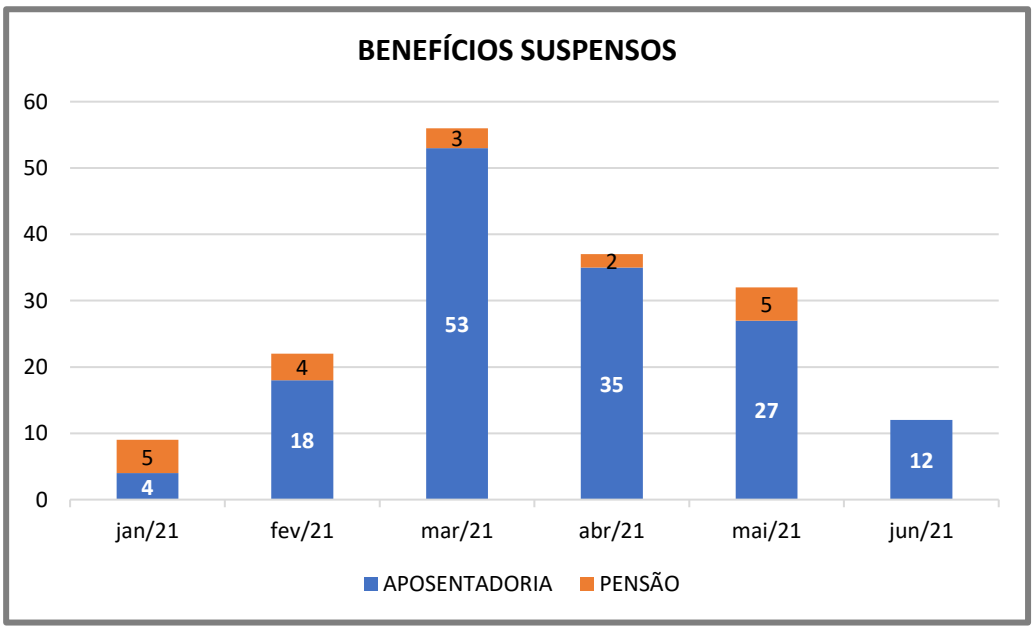


Essa análise temporal é importante e revela que 24,75% dos benefícios referentes ao primeiro semestre de 2021 foram implantados no mês de fevereiro; indo além, é possível verificar com a série histórica que 80% dos benefícios implantados em fevereiro foram referentes a pensões por morte, bem como 67% dos implantados em todo semestre foram de pensão por morte. Especificamente, no período, foram 101 benefícios implantados.

No que tange a faixa etária dos atuais beneficiários do FUMPRES, concluiu-se que 65% possuem uma idade média acima de 70 anos. Além disso, temos que a base dos inativos e pensionistas é majoritariamente composta pelo sexo mínimo (79%) sendo essa proporção mais acentuada no grupo de inativos, onde temos aproximadamente de 5325 mulheres aposentadas.

De acordo com o decreto que institui o recadastramento permanente para os segurados do FUMPRES, é obrigatório o comparecimento no mês do aniversário sob pena de suspensão do benefício. Além disso, a suspensão pode ser efetuada no decorrer de auditoria que identifique situação potencial de irregularidade ou na suspeita de falecimento do beneficiário. Desde meados de 2017, o controle neste sentido se intensificou e tem demonstrado efeitos positivos no atendimento às normas do recadastramento, bem como para evitar

danos ao erário público em ilegalidades identificadas pela auditoria. O gráfico a seguir mostra a quantidade de benefícios suspensos no primeiro semestre de 2021.



Evolução da Situação Atuarial

O cálculo atuarial dimensiona os compromissos do Plano de Benefícios e estabelece o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A partir do cálculo atuarial, são elaborados estudos técnicos com base nas características biométricas, demográficas e econômicas do grupo populacional analisado, com o objetivo principal de estabelecer – de forma suficiente e adequada – os recursos necessários para a garantia do pagamento dos benefícios atuais e futuros.

O atuarial considera em sua análise três bases: (1) Base normativa, composta pelo rol de benefícios, valores e critérios de elegibilidade; (2) Base cadastral, contendo as características individuais dos segurados; e (3) a Base atuarial, que indica as hipóteses atuariais e mecanismos de projeção de valores futuros. É importante ressaltar que o resultado atuarial é correspondente à base de

benefícios na data de 31 de dezembro; logo, o déficit atuarial calculado no ano corrente é sempre referente à base do último dia do exercício anterior.

O resultado da projeção atuarial é influenciado diretamente pela qualidade dos dados cadastrais e previdenciários dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Isso significa que a qualidade dos dados constantes na base cadastral é diretamente proporcional à consistência do resultado atuarial. Em primeira análise, percebeu-se um alto índice de inconsistência na base de benefícios em campos cadastrais como sexo e data de nascimento, bem como nos dados funcionais como data de início do benefício, tipo de aposentadoria, condição de invalidez, tempo de contribuição, valor do benefício. Entre 2012 e 2015, o déficit atuarial do FUMPRES cresceu a uma taxa média superior a 10,0% ao ano, o que representou aumento de R$ 2 bilhões entre 2013 e 2015.

Alterações Legais

Conforme já mencionado, a análise atuarial é impactada pelo rol de benefícios elegíveis aos segurados do RPPS, assim como os seus critérios de elegibilidade.

Assim sendo, após uma série de audiências públicas e reuniões com vereadores e entidades sindicais para esclarecimento de dúvidas no dia 23 de março de 2020, foi aprovada a LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2020 que modifica as regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Salvador, promove alterações para implementar o Programa de Renovação da Previdência e dá outras providências.

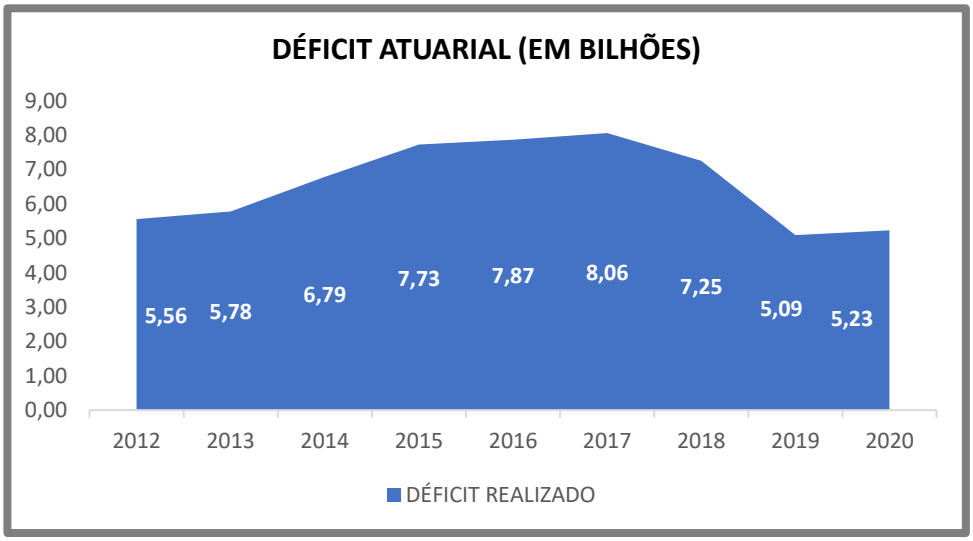
As alterações propostas por meio da referida lei têm o objetivo de adequar às normas relativas à concessão de aposentadoria e pensão por morte do Regime, além disso, o programa de renovação da previdência tem um potencial de reduzir o déficit atuarial do Município em até 40% além de criar a Poupança Pública Previdenciária, uma medida inédita que tem o potencial de acumular até R$ 800 milhões nos próximos 25 anos. As alíquotas de contribuição foram majoradas

para 14% e o limite de isenção para aposentados e pensionistas passa a ser de 3 salários mínimos. Todas estas medidas, visam a redução do déficit atuarial. Desse modo, vale ressaltar que em 2020 (julho-dezembro) o montante foi de R$6.374.621,37, outrossim a tabela a seguir demonstra o saldo da poupança pública no primeiro semestre de 2021.

Mês	Valor
Jan/2021	R$ 840.873,16
Fev/2021	R$ 841.869,96
Mar/2021	R$ 834.864,70
Abr/2021	R$ 834.594,85
Mai/2021	R$ 833.801,54
Jun/2021	R$ 827.235,56
Rendimentos	**R$ 427.412,81**
Saldo Atual	**R$ 14.284.432,08**

Histórico do Déficit Atuarial

Como já mencionado, o déficit atuarial do FUMPRES cresceu a uma taxa média superior a 10,0% ao ano entre 2012 e 2015, de modo a acender o “alerta” na gestão do RPPS. Além disso, o resultado da projeção atuarial, com data-base em 31/12/2020, indica um déficit de R$ 5.085.495.162,01 (um aumento de 2,8% em relação ao resultado obtido com a base de 2019).



A redução foi devido à EC 103/2020 e LC 075/2020, além das boas práticas de auditoria e governança adotadas, a diretoria tem aplicado esforços no trabalho contínuo de qualificação das informações. Nesta projeção, foi possível adicionar a variável do tempo médio do abono de permanência na projeção, o que contribuiu para o resultado obtido.

Gestão de Investimentos

O FUMPRES possui um plano único de previdência que é o Plano Financeiro, formado por todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas que estavam no regime até a publicação da lei da criação deste RPPS. É tratado sob o regime financeiro de repartição simples, em que as contribuições previdenciárias em um determinado exercício sejam suficientes para o pagamento dos benefícios. Grosso modo, as contribuições dos ativos pagam os benefícios dos inativos.

O Comitê de Investimentos, cujos atuais membros titulares foram nomeados em 01 de agosto de 2019 por meio de decreto simples publicado no DOM 7.420, no semestre de 2021 realizou 06 (seis) reuniões ordinárias.

Para formular a política de investimentos o comitê de investimentos analisou o comportamento dos mercados financeiros e de capitais, principalmente no cenário nacional, mas sem deixar de acompanhar os mercados internacionais, com o objetivo de identificar a tendência de valorização ou desvalorização dos títulos e demais ativos financeiros que poderão ser adquiridos com as disponibilidades financeiras do FUMPRES.

Formulada pelo Comitê de Investimentos do FUMPRES, a política de investimentos foi submetida e aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência do Servidor - COMPRES. Tais ações são realizadas para aplicação no exercício financeiro subsequente, quando então caberá ao Comitê de Investimentos acompanhar a execução da Política de Investimentos e verificar se a Diretoria

de Previdência está observando aquilo que foi proposto pelo Comitê e aprovado pelo Conselho Municipal.

Este acompanhamento inclui o credenciamento das instituições bancárias onde serão aplicados os ativos financeiros do FUMPRES, bem como os tipos específicos de ativos, em especial, fundos de investimentos cujas cotas serão adquiridas com recursos previdenciários.

No decorrer do primeiro semestre 2021, o Comitê de Investimentos acompanhou a rentabilidade dos resultados dos investimentos realizados pelo FUMPRES a cada mês, sempre em valor percentual equivalente ao CDI.

É importante destacar ainda que, em razão da reduzida reserva financeira do FUMPRES, o horizonte de investimentos é de curtíssimo prazo. Isso implica que as aplicações momentâneas devem ser caracterizadas por baixo risco, elevada liquidez e, dentro do possível, com rentabilidade compatível com a meta atuarial. Além disso, coube ao comitê realizar a análise dos pedidos de credenciamento de instituições e de fundos de investimentos, resultando no deferimento do credenciamento do administrador BB GESTÃO DE RECURSOS – Distribuidora de títulos e valores mobiliários S.A e os fundos BB Previdenciário Multimercado Fundo De Investimento Longo Prazo; BB Previdenciário Multimercado Alocação Fundo de Investimento e BB Previdenciário Renda Fixa Alocação Ativa Retorno Total.

A Resolução nº 3.922/2010 e alterações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece que os recursos sejam alocados, exclusivamente, nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis. No caso do FUMPRES, o Comitê de Investimentos definiu que para 2021 as aplicações do FUMPRES deverão se limitar a investimentos de renda fixa obedecendo aos seguintes critérios da política do exercício.

Descrição detalhada dos ativos, investimentos, aplicações financeiras e do fluxo de entradas e saídas de recursos

Evolução da Carteira de investimentos

A carteira de investimento do FUMPRES iniciou janeiro de 2021 com um total de (R$54.133,98) (cinquenta e quatro mil, cento e trinta e três reais e noventa e oito centavos), tendo seu melhor resultado em maio de 2021 no valor de R$498.350,01 (quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e cinquenta reais e um centavo) e finalizando em junho com R$405.430,34 (quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e quatro centavos). A tabela abaixo apresenta os rendimentos de janeiro a junho, comparados com o PL mensal e a meta atuarial.

MÊS	PL DO MÊS	RENTABILIDADE	% EM RELAÇÃO AO PL	META ATUARIAL (5,39% aa + IPCA)	% DA META ATUARIAL ALCANÇADA
JANEIRO	R$113.500.000,00	R$-54.133,98	-0,05%	0,70%	-6,81%
FEVEREIRO	R$123.500.000,00	R$102.089,71	0,08%	1,32%	6,26%
MARÇO	R$128.200.000,00	R$-163.139,15	-0,13%	1,41%	-9,03%
ABRIL	R$133.000.000,00	R$308.586,85	0,23%	0,79%	29,37%
MAIO	R$132.000.000,00	R$498.350,01	0,38%	1,34%	28,17%
JUNHO	R$136.000.000,00	R$405.430,34	0,30%	1,03%	28,94%

Carteira Completa

CARTEIRA DE INVESTIMENTO DO FUMPRES - 1º SEMESTRE 2021						
FUNDO INVESTIMENTO RENDA FIXA TÍTULO PÚBLICO - Art. 7º,I a	**%**	**JUNHO**	**GESTOR**	**CREDENCIAMENTO**	**ADMINISTRADOR**	**CREDENCIAMENTO**
BB Previd RENDA FIXA IMA-B5 LP FIC	0,14%	R$ 40.577,53	BANCO DO BRASIL	03/05/2019	BBDTVM	03/05/2019
BB Previd RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS	0,09%	R$ 27.153,48	BANCO DO BRASIL	18/07/2017	BBDTVM	18/07/2017
FUNDO INVESTIMENTO RENDA FIXA TÍTULO PÚBLICO - Art. 7º, 5, a	**%**	**JUNHO**	**GESTOR**	**CREDENCIAMENTO**	**ADMINISTRADOR**	**CREDENCIAMENTO**
CONTA POUPANÇA BB - 930.194-1	13,8%	R$ 4.000.000,00	BANCO DO BRASIL	18/07/2017	BANCO DO BRASIL	18/07/2017
TITULOS PÚBLICOS -TESOURO NACIONAL - Art.7º , I, a	**%**	**JUNHO**	**GESTOR**	**CREDENCIAMENTO**	**ADMINISTRADOR**	**CREDENCIAMENTO**
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F31 - 01/01/2031	24,8%	R$ 7.182.454,87	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-B35 -15/05/2035	12,2%	R$ 3.551.249,60	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F31 - 01/01/2031	2,92%	R$ 847.065,28	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F31 - 01/01/2031	2,90%	R$ 841.463,65	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F31 - 01/01/2031	0,29%	R$ 82.740,75	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F25 -01/01/2025	0,69%	R$ 199.963,62	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F25 -01/01/2025	0,68%	R$ 198.312,19	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F31 - 01/01/2031	3,27%	R$ 949.688,94	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F25 -01/01/2025	0,69%	R$ 201.486,46	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
TÍTULOS PÚBLICOS - NTN-F25 -01/01/2025	0,69%	R$ 200.651,62	TESOURO NACIONAL	05/08/2020	XP	05/08/2020
FUNDO INVESTIMENTO RENDA FIXA TÍTULO PÚBLICO - Art. 7º, I, b	**%**	**JUNHO**	**GESTOR**	**CREDENCIAMENTO**	**ADMINISTRADOR**	**CREDENCIAMENTO**
BB Previd RF IRF-M1 TÍTULOS PÚBLICOS	0,09%	R$ 27.153,48	BANCO DO BRASIL	18/07/2017	BBDTVM	18/07/2017
BB Previd RF IMAB 5+	0,19%	R$ 53.763,79	BANCO DO BRASIL	03/05/2019	BBDTVM	18/07/2017
BB Previd IMA-B TP	0,04%	R$ 10.576,97	BANCO DO BRASIL	03/05/2019	BBDTVM	18/07/2017
BB Previd RF IMA GERAL EX-C FI	0,06%	R$ 18.296,45	BANCO DO BRASIL	03/05/2019	BBDTVM	18/07/2017
BB Previd RF IDKA 2	0,13%	R$ 37.395,41	BANCO DO BRASIL	03/05/2019	BBDTVM	18/07/2017
FUNDO INVESTIMENTO RENDA FIXA TÍTULO PÚBLICO - Art. 7º, IV, a	**%**	**JUNHO**	**GESTOR**	**CREDENCIAMENTO**	**ADMINISTRADOR**	**CREDENCIAMENTO**
BB Previd RF Perfil FI	17,43%	R$ 5.055.862,85	BANCO DO BRASIL	03/05/2019	BBDTVM	18/07/2017
BB Previd RENDA FIXA FLUXO	0,00%	R$ 1.104,20	BANCO DO BRASIL	18/07/2017	BBDTVM	18/07/2017
BB RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL	0,15%	R$ 42.410,84	BANCO DO BRASIL	03/05/2019	BBDTVM	18/07/2017

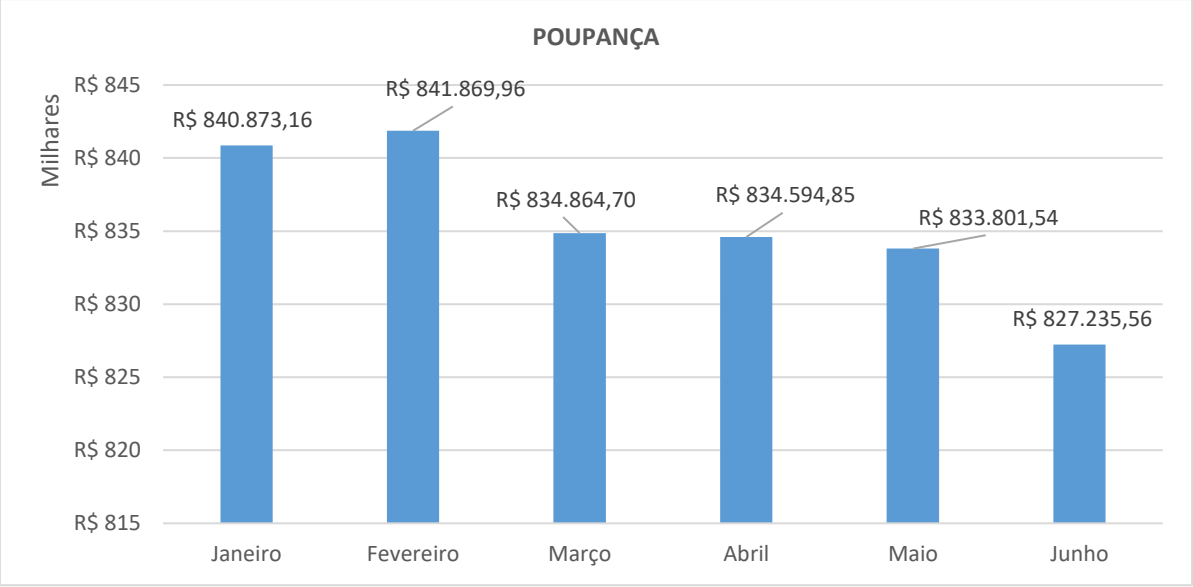
Fluxo de Caixa - janeiro a junho de 2021

O fluxo de caixa de janeiro à junho apresenta resultados positivos, exceto no mês de maio (R$ 5.969.590), cinco

MÊS	RECEITA	DESPESA	RESULTADO
JANEIRO	R$ 43.417.797	(R$ 38.068.371)	R$ 5.349.426
FEVEREIRO	R$ 43.877.442	(R$ 38.561.005)	R$ 5.316.437
MARÇO	R$ 43.317.459	(R$ 38.595.613)	R$ 4.721.846
ABRIL	R$ 43.772.744	(R$ 38.602.733)	R$ 5.170.011
MAIO	R$ 42.174.199	(R$ 48.143.790)	(R$ 5.969.590)
JUNHO	R$ 45.392.748	(R$ 36.986.129)	R$ 8.406.619

Poupança Púbica

A poupança pública previdenciária foi aprovada pela Lei Complementar nº 075/2020, aprovada em 04 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial do Município nº 7611, publicado no dia setembro de 2020. Se refere a uma alíquota patronal extraordinária de 0,8% a.m. que incidirá sobre os salários de contribuição dos servidores ativos. O montante da aplicação não poderá ser utilizado pelo prazo de 25 anos e será destinado para equacionar o déficit atuarial que no momento alcança a cifra aproximada de R$ 5,1 bilhões com base no estudo atuarial de 2019.



Plano de Capitalização

O plano de capitalização é um importante projeto estruturante dentro do portfólio da DPR no que tange ao tratamento do déficit atuarial. Embora não resolva definitivamente a problemática, o plano é uma via que demonstra o comprometimento desta gestão em garantir os direitos previdenciários dos servidores públicos municipais e os seus dependentes à longo prazo.

Fruto de muito estudo e articulação com o Gabinete do Secretário, o Conselho Fiscal e o Prefeito, após muitas propostas analisadas, foi definido um plano com início em 2019 e finalizando em 2044. Se refere a uma alíquota extraordinária de

0,8% a.m. que incidirá sobre os salários de contribuição dos servidores ativos, sendo este valor custeado exclusivamente com recursos do tesouro municipal. O montante da aplicação não poderá ser utilizado pelo prazo de 25 anos e será destinado para equacionar o déficit atuarial que alcança a cifra aproximada de R$ 5,1 bilhões com base no estudo atuarial de 2019.

Conforme art. 11 inciso II da Lei Complementar 075/2020, os recursos do fundo serão aplicados conforme política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo do RPPS. Adicionalmente, vale ressaltar que a política de investimento para o exercício de 2021 está disponível no site no link: http://previdencia.salvador.ba.gov.br/images/pdf/Orgaos_Colegiados/Comite_Investimentos/Politica_de_Investimentos_Exercicio_2021.pdf

Resultados investimentos

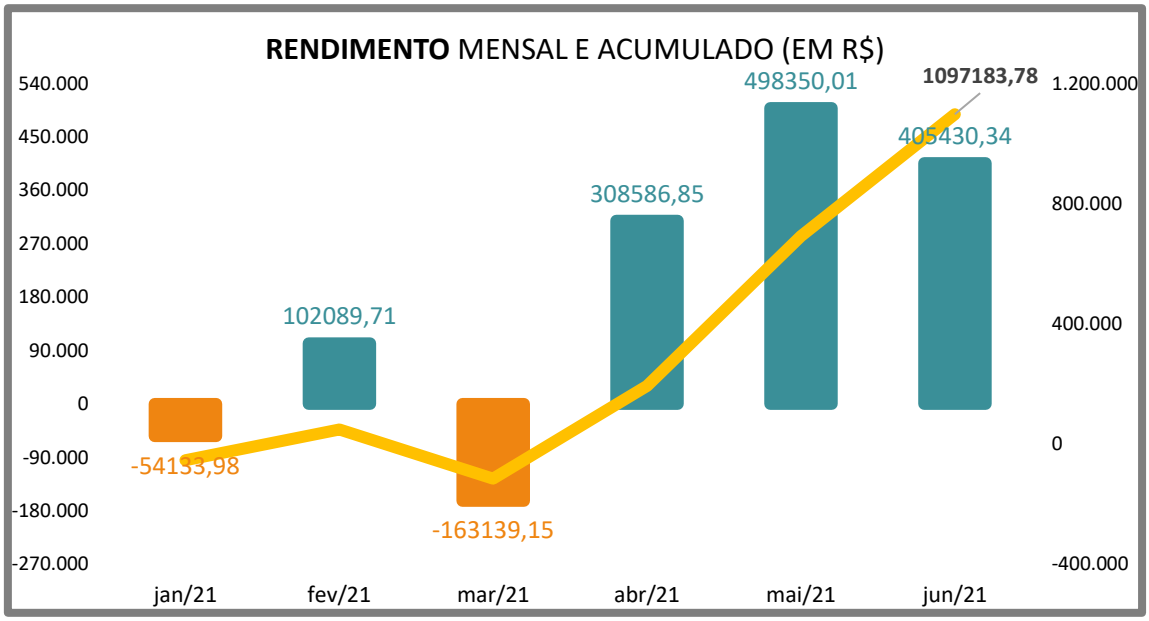
A carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES) até junho de 2021 era composta por cinquenta e dois fundos de investimento credenciados pela Diretoria Geral de Previdência, órgão responsável pela gestão do RPPS dos servidores públicos municipais dos poderes executivo e legislativo de Salvador, suas fundações e autarquias. Especificamente são 18 fundos do Banco do Brasil, 17 fundos da XP, 08 do Banco do Nordeste, 08 do Itaú e 01 do Bradesco.

De acordo com a Política de Investimentos 2021, elaborada pelo Comitê de Investimentos em novembro de 2020, as aplicações do FUMPRES deverão se limitar a investimentos de renda fixa obedecendo aos critérios evidenciados na tabela a seguir.

SEGMENTO	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO DE INVESTIMENTO	RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010	% DO CAPITAL ALOCADO	% ALOCAÇÃO POR PL DO FUNDO	% ALOCAÇÃO POR FUNDO
RENDA FIXA	TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL, REGISTRADOS NO SELIC	ART. 7º, I, "A"	ATÉ 100%	NÃO SE APLICA	-
RENDA FIXA	100% TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL, COM POLÍTICA DE INVESTIMENTO COMPROMISSADA EM BUSCAR O RETORNO DO IMA OU IDKA, EXCETO AQUELES ATRELADOS À TAXA DE JUROS DE UM DIA	ART. 7º, I, "B"	ATÉ 100%	ATÉ 15%	-
RENDA FIXA	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS, LASTREADAS EXCLUSIVAMENTE PELOS TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL	ART. 7º, II	ATÉ 5%	NÃO SE ALICA	-
RENDA FIXA	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA OU COMO REFERENCIADOS EM INDICADORES DE DESEMPENHO DE RENDA FIXA, COM POLÍTICA DE INVESTIMENTO COMPROMISSADA EM BUSCAR O RETORNO DO IMA OU IDKA, EXCETO AQUELES ATRELADOS À TAXA DE JUROS DE UM DIA	ART. 7º, III	ATÉ 60%	ATÉ 15%	ATÉ 20%
RENDA FIXA	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA OU COMO REFERENCIADOS EM INDICADORES DE DESEMPENHO DE RENDA FIXA, CONSTITUÍDOS SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO ABERTO	ART. 7º, IV	ATÉ 40%	ATÉ 15%	ATÉ 20%
RENDA FIXA	COTAS DE FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS, CONSTITUÍDOS SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO ABERTO (CDB E POUPANÇA)	ART. 7º, VI	ATÉ 15%	NÃO SE APLICA	-
RENDA FIXA	DEPÓSITOS DE POUPANÇA EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONSIDERADA DE BAIXO RISCO DE CRÉDITO (LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS)	ART. 7º, V	ATÉ 20%	NÃO SE APLICA	-

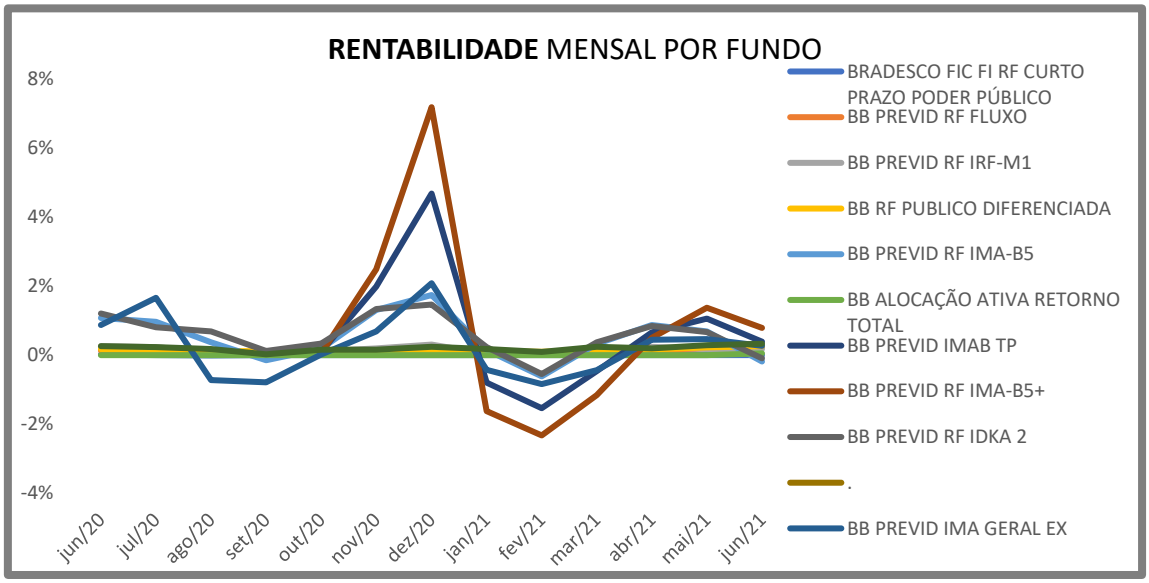
Rendimento

No semestre de 2021 o rendimento de junho apresentou um saldo de R$405.430,34, acumulando assim R$1.097.183,78. Observa-se que o desempenho das aplicações de abril apresentou um aumento, quando comparado com o resultado do mês anterior (-R$163.139,15), como pode ser observado no gráfico a seguir.



Rentabilidade

No que tange ao resultado no desempenho das Aplicações Financeiras do FUMPRES, cumpre-nos destacar que o referido período sofreu oscilações. Todavia, vale ressaltar que os principais responsáveis pelo crescimento do desempenho nos últimos meses são: BB PREVID IMA TP e BB PREVID RF IMA-B5+ com os valores de 0,39% e 0,78% respectivamente.



Em análise dos gráficos, pode-se perceber que o mês de dez/20 apresentou ganho no rendimento mensal, porém nos meses de janeiro e março, os fundos estão apresentando saldo de rendimento mensal negativo, com melhora e saldos positivos nos meses subsequentes. Dezembro foi o mês de melhor movimento dos últimos 12 meses, onde apresentou maior rentabilidade.

Órgãos Colegiados

Conselho Deliberativo – Conselho Municipal de Previdência do Servidor - COMPRES

O Conselho Municipal de Previdência do Servidor é o órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior, vinculado à Secretaria Municipal de

Gestão, com a finalidade de estabelecer normas e diretrizes para a execução da política previdenciária do Município.

O Conselho Municipal de Previdência do Servidor tem a seguinte composição:
- O Secretário da Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, que o presidirá
- O Secretário da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ
- 01 (um) membro titular, representante da Procuradoria Geral do Município de Salvador – PGMS, escolhido entre os servidores efetivos deste órgão
- 01 (um) membro titular, representante do Poder Legislativo Municipal, escolhido entre os servidores efetivos deste órgão
- O Diretor de Previdência da SEMGE
- O Diretor de Gestão de Pessoas da SEMGE
- 02 (dois) representantes dos segurados ativos da administração direta, autárquica e fundacional, indicados pelas entidades representativas dos servidores públicos municipais.
- 02 (dois) representantes dos segurados inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional, indicados pelas entidades representativas dos servidores públicos municipais.

O COMPRES funciona em reuniões:
- Ordinárias, de acordo com o calendário anual previamente aprovado pelo COMPRES, para apreciação de assuntos gerais e deliberações da sua competência;
- Extraordinárias, quando a convocação se der para fim especial

Todas as atas das reuniões são disponibilizadas no site institucional do FUMPRES, pelo link:
http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/institucional/conselhos-e-comite/conselho-deliberativo

- Cronograma das Reuniões

Não houveram reuniões do COMPRES no primeiro semestre de 2021

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão, com a finalidade fiscalizar, supervisionar e monitorar a gestão e o controle interno do Fundo Municipal da Previdência do Servidor.

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

- 02 (dois) representantes, escolhidos livremente pelo Chefe do Poder Executivo
- 02 (dois) representantes, escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo entre os servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo

O Conselho Fiscal funciona em reuniões:

- Ordinárias, de acordo com o calendário anual previamente aprovado na primeira reunião ordinária de cada exercício, para apreciação de assuntos gerais e deliberações da sua competência;
- Extraordinárias, quando a convocação se der para fim especial.

Todas as atas das reuniões são disponibilizadas no site institucional do FUMPRES, pelo link: http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/institucional/conselhos-e-comite/conselho-fiscal

- Cronograma de Reuniões

MÊS	PAUTA	PRINCIPAIS DECISÕES
21/06/2021	1. Aprovação do Relatório Mensal de Investimentos 2. Prestação de Contas e aprovação da Poupança Pública 3. Aprovação do Relatório Final de Trabalho da Comissão de Seleção do RPC	Prestação de Contas da Poupança Pública Previdenciária, apresentação do rendimento do mês de maio e procedimentos da comissão do Regime de Previdência Complementar
24/05/2021	1. Aprovação do Relatório de Investimentos;	Prestação de Contas da Poupança Pública. Discussão

	2. Prestação de contas da Poupança Pública; 3. Relatório do Conselho Deliberativo; 4. Relatório do Conselho Fiscal; 5. Aprovação do Plano de Trabalho 2021	sobre os relatórios que sintetizam os trabalhos realizados pelos conselhos. Exigências da Portaria nº9.907 publicada no Diário Oficial da União.
20/04/2021	1. Prestação de contas da Poupança Pública; 2. Informes sobre o processo seletivo do RPC; 3. Aprovação do Relatório de Governança; 4. Aprovação do Relatório de Investimentos;	Análises sobre o relatório de investimentos, bem como o monitoramento do saldo da poupança pública. Procedimentos adotados pela omissão de Seleção do RPC. Aprovação do relatório de governança corporativa do exercício de 2020
15/03/2021	1. Analise e aprovação do relatório de investimentos; 2. Prestação de contas da Poupança Pública; 3. Informes sobre o processo seletivo do RPC;	Apresentação do rendimento do mês de fevereiro, procedimentos de seleção da empresa que vai administrar os recursos do regime de previdência complementar, bem como a criação da comissão.
05/02/2021	1. Análise e Aprovação do relatório de investimentos; 2. Prestação de contas da Poupança Pública; 3. Andamento da implantação do SISPREV WEB; 4. Realização da Prova de Vida e estratégias de comunicação;	Debate sobre os principais pontos do relatório de investimentos, saldo da poupança pública, implantação do Sisprev Web com ato de lançamento em evento com o prefeito Bruno Reis.

15/01/2021	1. Fechamento do balanço e atualização da dívida ativa; 2. Prestação de contas da Poupança Pública; 3. Apresentação do relatório de investimentos;	Análise dos resultados financeiros do exercício de 2020, questionamentos sobre os fluxos financeiros, trâmites de processos eletrônicos, retificação do erro contábil.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é órgão consultivo e deliberativo, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão, com a finalidade de auxiliar no processo decisório quanto à implantação da política de investimentos anual e deliberar sobre sua execução e revisões.

O Comitê de Investimentos tem a seguinte composição:

- 01 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE, que o presidirá
- 01 (um) representante indicado pela Secretaria da Fazenda do Município – SEFAZ, que exercerá a função de Vice-Presidente
- 01 (um) representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo entre os servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

O Comitê de Investimentos funciona em reuniões:

- Ordinárias, de acordo com o calendário anual previamente aprovado na primeira reunião ordinária de cada exercício, para apreciação de assuntos gerais e deliberações da sua competência;
- Extraordinárias, quando a convocação se der para fim especial.

Todas as atas das reuniões são disponibilizadas no site institucional do FUMPRES, pelo link:
http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/institucional/conselhos-e-comite/comite-de-investimento

- Cronograma de Reuniões

MÊS	PAUTA	PRINCIPAIS DECISÕES
16/06/2021	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de maio/2021 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Foi salientado que salientando que o mês de maio de 2021 apresentou grande movimentação de aplicações e resgates, além disso destacou-se que o fundo BB RF PÚBLICO DIFERENCIADA foi o que apresentou maior rendimento. Resultando na aprovação do relatório de investimentos.
13/05/2021	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de abril/2021 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês 3. Deliberação sobre o relatório semestral de diligências 4.Deliberação sobre o relatório de acompanhamento da implementação de estratégias	Foi evidenciado que o BB RF PÚBLICO DIFERENCIADA foi o que apresentou maior rendimento no mês de abril/2020. Além disso os relatórios deliberados, foram aprovados por unanimidade. Ademais houve uma análise criteriosa dos latros relativos aos títulos públicos e demais papéis incluídos nas carteiras de ativos dos fundos de

		investimentos aplicados pelo FUMPRES
16/04/2021	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de março/2021 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Fora ressaltada a conjuntura econômica mundial, bem como a apresentação do fundo BB RF PÚBLICO DIFERENCIADA que apresentou maior rendimento no mês de março de 2021. Além disso, houve a aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
12/03/2021	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de fevereiro/2021 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Analisaram a situação econômica mundial, início dos impactos na economia e decidiram aprovar o relatório por unanimidade. Além disso, foi ressaltado que a política de investimentos, no que se refere a poupança pública, permanece mais cautelosa, mantendo-se o controle individualizado em conta própria.
05/02/2021	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de janeiro/2021 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Analisaram os resultados de janeiro de 2021, decidindo manter a estratégia de

		investimentos para o mês de fevereiro/2021. Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos. Por fim, os membros decidiram por deferir o credenciamento de Fundos realizados pelo Banco do Brasil S.A
14/01/2021	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de dezembro/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Analisaram os resultados de dezembro de 2020, decidindo pela aprovação do relatório mensal dos investimentos.

Órgãos de Fiscalização do FUMPRES

A gestão previdenciária do FUMPRES está subordinada aos órgãos fiscalizadores abaixo:

- Conselho Fiscal
- Tribunal de Contas do Município
- Secretaria de Previdência Social

Gestão Orçamentária e Financeira

Receita Previdenciária

No total da receita do primeiro semestre de 2021 foi possível observar que houve um crescimento de aproximadamente 12,9% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, com o saldo de R$ 261.952.390,12. Além disso para análise do relatório tornou-se crucial identificar quais fatores influenciaram para a redução da receita, dividindo-a em quatro grandes grupos: receitas de contribuição (1) patronal, (2) do servidor, (3) compensação previdenciária, (4) outras receitas.

A tabela a seguir demonstra o quantitativo das receitas por grupo nesse período:

Grupo	1º Semestre - 2021
Contribuição Patronal	R$ 151.248.955,15
Contribuição Segurado	R$100.500.311,47
Compensação Previdenciária	R$ 1.688.133,02
Outras Receitas	R$ 8.514.990,48
Receita total	**R$ 261.952.390,12**

Conforme se observa na tabela das receitas previdenciárias e administrativa apresentada abaixo, o FUMPRES registrou um crescimento de 4,55% na receita total na comparação entre janeiro - junho. Na tabela abaixo é possível verificar o histórico semestral conforme os tipos de receitas.

Grupo	Jan/2021	Fev/2021	Mar/2021	Abr/2021	Mai/2021	Jun/2021
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	26.373.195,78	24.954.135,76	25.051.064,54	25.039.041,91	25.014.446,27	24.817.070,89
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	16.859.015,17	16.927.929,80	16.719.060,59	16.728.095,83	14.925.018,31	18.341.191,77
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	-	282.584,92	351.602,18	351.334,68	351.441,68	351.169,56
OUTRAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	185.586,29	1.71.791,62	1.195.732,16	1.654.271,33	1.883.293,21	1.883.315,87
RECEITA TOTAL	**43.417.797,24**	**43.877.442,10**	**43.317.459,47**	**43.772.743,75**	**42.174.199,47**	**45.392.748,09**

Despesa Previdenciária

Inicialmente, é importante esclarecer que a despesa total é a soma das despesas previdenciárias – aquelas que representam os desembolsos com pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte – com as despesas administrativas – que representam o desembolso necessário para manutenção de estrutura logística, pessoal e predial para suportar a atividade principal do regime próprio.

Conforme a série histórica das despesas previdenciária e administrativa, é notória a redução em despesas previdenciárias. Todavia, o resultado do

acumulado dos seis primeiros meses de 2021 foi de aproximadamente R$ 279 milhões. Diante disso, a tabela abaixo expressa as despesas divididas por duas fontes, sendo elas: Tesouro e Fundo Municipal de Previdência do Servidor.

Analisando a despesa total, pode-se inferir que 65,39% corresponde a despesas com aposentadorias do FUMPRES com que totalizaram aproximadamente R$182 milhões.

Tipo de despesa	Fonte	1º Semestre - 2021
Aposentadoria	FUMPRES	R$ 182.718.045,52
Pensão por Morte		R$ 53.274.602,26
Administrativa		R$ 3.063.921,97
Aposentadoria	Tesouro	R$ 29.223.628,80
Pensão por Morte		R$ 9.551.302,00
Administrativa		R$ 1.563.399,13
Despesa total		**R$ 279.394.899,68**

Gerenciamento de Custeio e Contratos

Todos os contratos e aditivos foram formalizados e elaborados de acordo com as normas legais e receberam o devido parecer da Procuradoria Geral do Município, sendo firmados pela Secretária Municipal de Gestão (SEMGE). As informações relativas aos contratos estão listadas no site, disponível na aba “Acesso à Informação” – “Gestão Financeira” na opção “Gestão de Contrato”, podendo ser acessada no link abaixo:

http://previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/gestao-financeira/gestao-de-contratos

Diante disso, é expedido o Termo de Apostilamento ao contrato com vistas a incluir a indicação dos recursos orçamentários para cobertura das despesas do corrente ano, até o término da vigência do contrato, passando a despesa ocorrer por conta do FUMPRES.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Contrato 077/2020)

O contrato tem como objeto a contratação de produtos e serviços por meio de Pacotes de Serviços dos Correios mediante adesão ao Termo de Condições Comerciais e Anexos, quando contratados serviços específicos, que permite a compra de produtos e utilização dos diversos serviços dos Correios por meio dos canais de atendimento disponibilizados.

Tendo em vista que o novo cenário exigiu a menor manipulação de documentos físicos, substituídos em sua maioria pela via digital, boa parte do público alvo do FUMPRES, não tem a facilidade tanto de acesso como de manusear um equipamento tecnológico. Sendo assim, foram enviados documentos, notificações em geral aos segurados, ofícios às instituições financeiras com a solicitação pertinente a cada caso.

Segue abaixo despesa referente ao primeiro semestre de 2021 (Janeiro a Junho):

Correios	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 803,48
Fevereiro	R$ 2.226,87
Março	R$ 1.867,13
Abril	R$ 1.452,19
Maio	R$ 1.075,26
Junho	R$ 292,70
Total	R$ **7.717,63**

Energia Elétrica (Contrato 007/2021 / Conta Contrato 7041858910)

O contrato tem como objeto a prestação de serviço de público de energia elétrica, sendo essa despesa custeada pela SEMGE. Desse modo, segue a seguir uma tabela demonstrando as despesas referente ao primeiro semestre de 2021 (Janeiro a Junho).

Coelba	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 11.096,96
Fevereiro	R$ 9.713,23
Março	R$ 9.486,95
Abril	R$ 9.492,91
Maio	R$ 14.002,91
Junho	R$ 12.738,29
Total	R$ **66.531,25**

Internet (Contrato 036/2020)

Contrato firmado com a TELEMAR NORTE LESTE S/A tendo como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Comunicação de Dados, através de tecnologia IP, nas modalidades de LINKS MPLS (Multa Protocol Label Switching), definidos pela RFC 4363, com topologia Fulo Mesh, LINKS IP DEDICADO, via Internet, e Serviços de Acesso à Internet temporário (LOTE 01), objetivando a interligação das redes locais de computadores das unidades da Prefeitura Municipal do Salvador - PMS e às infraestruturas de eventos à rede local da Companhia de Governança Eletrônica de Salvador - COGEL, contemplando, de forma contínua, suporte à infraestrutura corporativa de comunicação de dados, voz e vídeo, com solução de segurança da informação, solução de rede wireless, além de serviços de operação, gerenciamento, manutenção e suporte técnico.

Desse modo, segue a seguir tabela com o demonstrativo da despesa referente ao primeiro semestre de 2021:

Telemar	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 1.908,54
Fevereiro	R$ 2.025,18
Março	R$ 2.025,18
Abril	R$ 2.025,18
Maio	R$ 2.025,18
Junho	R$ 2.025,18
Total	R$ **12.034,44**

Telefonia fixa (Contrato 045/2020)

Contrato firmado com a TELEMAR NORTE LESTE S/A tendo como objeto a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade LOTE 01. Vale ressaltar que, não houve despesa referente ao primeiro semestre de 2021 (Janeiro a Junho) dentro do contrato supracitado.

Telefonia fixa (Contrato 046/2020)

Contrato firmado com a CLARO S.A. tendo como objeto a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade LOTE 02. Todavia, vale ressaltar que não houve despesa referente ao primeiro semestre de 2021 (Janeiro a Junho) dentro do contrato supracitado.

Telefonia fixa (Contrato 047/2020)

Contrato firmado com a TELEMAR NORTE LESTE S/A tendo como objeto a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) na modalidade LOTE 03. Bem como os referidos contratos acima, não houve despesa referente ao primeiro semestre de 2021 (Janeiro a Junho) dentro do contrato supracitado.

Telefonia fixa (Contrato 061/2020)

Contrato emergencial firmado com a TELEMAR NORTE LESTE S/A tendo como objeto a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) LOCAL COM FACILIDADE DE DDR, (discagem direta a ramal).

Segue abaixo despesa referente ao primeiro semestre de 2021 (Janeiro a Junho):

Telemar	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 124,35
Fevereiro	R$ 197,66
Março	R$ 0,00
Abril	R$ 0,00
Maio	R$ 0,00
Junho	R$ 0,00
Total	R$ **322,01**

Telefonia móvel (Contrato 081/2018)

Contrato firmado com a TELEFÔNICA BRASIL S/A tendo como objeto a contratação de empresa especializada Prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), com longa distância nacional (LDN) - origem SMP e longa distância internacional (LDI) - origem SMP, com software de gestão para atendimento.

Diante do exposto, segue a seguir as despesas referente ao primeiro semestre, no que se refere a telefonia móvel.

Telefônica	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 62,08
Fevereiro	R$ 62,91
Março	R$ 63,29
Abril	R$ 66,39
Maio	R$ 60,04
Junho	R$ 62,63
Total	R$ **377,34**

Aparelhos telefônicos (Contrato 094/2019)

Contrato firmado com a UNENTEL SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA tendo como objeto a contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de telecomunicação, com tecnologia TDMI/IP e interligação VOIP, englobando projeto, instalação, manutenção corretiva e preventiva (assistência técnica) com reposição de peças dos equipamentos. Segue abaixo despesa referente ao primeiro semestre de 2021:

Unentel	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 2.844,13
Fevereiro	R$ 2.844,13
Março	R$ 2.844,13
Abril	R$ 2.844,13
Maio	R$ 2.521,26
Junho	R$ 2.203,60
Total	R$ **16.101,38**

Impressões e locações de impressoras (Contratos 021/2018, 107/2018 e 033/2019)

Contrato firmado com a SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A tendo como objeto a prestação de serviços de impressão corporativa (Outsourcing de Impressão) com fornecimento de equipamentos novos, impressoras e multifuncionais, todas de primeiro uso, além de fornecimento de suprimentos, manutenção corretiva e preventiva, sistemas de gestão e de monitoramento, e sistema de atendimento de suporte aos usuários, incluindo ainda o treinamento na operacionalização dos equipamentos e no uso dos sistemas citados, sem papel. Segue abaixo despesa referente ao primeiro semestre de 2021:

Simpress			
Meses	**021/2018**	**107/2018**	**033/2019**
Janeiro	R$ 617,64	R$ 53,86	R$ 0,00
Fevereiro	R$ 630,08	R$ 55,10	R$ 0,00
Março	R$ 734,44	R$ 53,68	R$ 0,00
Abril	R$ 727,74	R$ 55,60	R$ 0,00
Maio	R$ 777,06	R$ 46,00	R$ 0,00
Junho	R$ 654,94	R$ 49,70	R$ 378,90
Total	**R$ 4.141,90**	**R$ 313,94**	**R$ 378,90**

Combustível (Contrato 050/2020)

Contrato firmado com a TICKET SOLUÇÕES HDFGT SA tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento informatizado de frota de veículos, através de fornecimento de cartões eletrônicos, utilizados na operação de compra de combustíveis, gasolina e óleo diesel, com redes de postos credenciados, compreendendo a implantação e gestão de um sistema tecnológico de intendência, com metodologia de cadastramento, controle e logística.

Tendo em vista que a frota de veículos do FUMPRES aumentou de dois para quatro carros, e com o aumento significativo do valor da gasolina, nosso consumo de combustível aumentou a partir de Junho/2021.

Ticket Soluções	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 899,60
Fevereiro	R$ 975,93
Março	R$ 1.910,18
Abril	R$ 1.916,08
Maio	R$ 1.686,31
Junho	R$ 2.046,46
Total	R$ **9.434,56**

Veículos (Contrato 055/2019)

Contrato firmado com a TARDANE LOGÍSTICA LTDA EPP tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, com manutenção e seguro, sem franquia de quilometragem, de forma continuada. Tendo em vista que a frota de veículos do FUMPRES aumentou de dois para quatro carros a partir de Abril/2021, consequentemente, o custo com a locação também sofreu aumento. Desse modo, segue abaixo despesa referente ao primeiro semestre de 2021:

Tardane	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 2.711,04
Fevereiro	R$ 2.711,04
Março	R$ 2.711,04
Abril	R$ 3.614,62
Maio	R$ 5.150,98
Junho	R$ 5.150,98

Total	R$ **22.049,70**

Elevadores (Contrato 10/2019)

Contrato firmado com a MANUTÉCNICA MANUTENÇÃO LTDA tendo como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de modernização de 02 (dois) elevadores e seus componentes/acessórios, incluindo descarte de sucata, execução de obras, fornecimento de novos itens, manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição/reposição de itens, sejam peças, componentes, elementos, materiais, insumos, entre outros necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos. Segue abaixo despesa referente ao primeiro semestre de 2021:

Manutécnica	
Meses	Despesas
Janeiro	R$ 1.000,00
Fevereiro	R$ 1.000,00
Março	R$ 1.000,00
Abril	R$ 1.000,00
Maio	R$ 1.000,00
Junho	R$ 1.000,00
Total	R$ **6.000,00**

Locações de Microcomputadores (Contrato 099/2019, 119/2018 e 027/2019)

Contrato firmado com a COMTECH INFORMÁTICA LTDA tendo como objeto a prestação de serviços de locação de equipamentos de informática (microcomputadores) com manutenção corretiva. Segue a seguir as despesas referente ao primeiro semestre de 2021.

COMTECH			
Meses	**099/2019**	**119/2018**	**027/2019**
Janeiro	R$ 1.154,90	R$ 5.376,60	R$ 1.154,90
Fevereiro	R$ 808,43	R$ 3.852,87	R$ 808,43
Março	R$ 808,43	R$ 4.562,57	R$ 808,43
Abril	R$ 808,43	R$ 5.177,30	R$ 192,48
Maio	R$ 808,43	R$ 5.177,30	R$ 808,43
Junho	R$ 808,43	R$ 5.177,30	R$ 808,43
Total	R$ 5.197,05	R$ **29.323,94**	R$ **4.581,10**

A partir do Anexo I, é possível verificar todos os contratos administrativos de forma detalhada, conforme as despesas do primeiro semestre de 2021.

Gestão de Compras

No período de Janeiro a Junho de 2021, o FUMPRES adquiriu alguns bens permanentes através de compras por registro de preço e por dispensa de licitação, conforme disposto abaixo:

- **Março** - Dispensa de licitação objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de tratamento de piso, com lavagem e desincrustação do piso, para remoção de toda sujidade e cera velha, com removedor, em seguida aplicação de camadas de selador Becker e camadas de cera impermeabilizante a base de polímero, a ser executado na sede da DPR/FUMPRES, no valor de R$ 16.651,80.
- **Maio** – Aquisição de 02 fornos microondas através de registro de preço no valor de R$923,94.

Ressaltamos que toda e qualquer compra realizada pelo FUMPRES é intermediada pela Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE, por tratar da Diretoria de Previdência vinculada a essa Secretaria. Logo, todas as aquisições foram consideradas essenciais pela Secretaria que exerce o

controle finalístico da Diretoria de Previdência. Todos os processos são instruídos com justificativas, no sentido de comprovar a vantagem econômica das aquisições, o que favorece a realização de contratações com valores reduzidos.

Controle Interno

O crescimento das modificações legislativas influenciou a DPR na constante busca de mecanismos, visando obter informações fidedignas, bem como padronizar os procedimentos de forma que proporcione assegurar e alcançar os objetivos estabelecidos. O conjunto de procedimentos realizados no primeiro e no segundo semestre de 2020 garantiram o cumprimento dos propósitos estabelecidos, por meio do monitoramento constate dos processos e análise dos gargalos, garantindo minimizar prejuízos ou desperdícios à organização.

Diante disso, visando o aprimoramento da gestão documental por meio do projeto arquivo, foi possível mapear documentos e processos antes não triados, de modo a identificá-los, contabilizá-los e separá-los por caixas de acordo com o gênero e espécie de cada um, dando um enfoque maior aos processos de aposentadoria e pensão por morte assim encontrados.

As atividades do projeto se resumem em coleta de caixas, triagem de documentos, lançamento de dados em planilha de controle de produção, e por fim, em se tratando de processos, o cadastramento destes no sistema do E-protocolo.

No primeiro semestre de 2021, especificamente no dia 29 de março, as atividades foram finalizadas. Vale ressaltar que nos primeiros meses do ano houve uma reunião com os mesmos objetivos da metodologia que foi utilizada no exercício de 2020, porém com a redução da sprint de 15 para 10 dias, de acordo com o total de caixas existentes. Além disso, as operações passaram por alterações cada vez mais rígidas para a segurança dos envolvidos, devido a pandemia do Covid-19.

Ano	Cadastro
2019	8.851
2020	17.406
2021	8.202
Total	**34.459**

Através da tabela acima é possível evidenciar o quantitativo por ano. Diante disso, conclui-se que em apenas 03 (três) meses foram realizados 8.202 cadastros comparados a 8.851 cadastros feitos em todo ano de 2019, demonstrando assim que a metodologia SCRUM foi de grande eficiência no desenvolvimento do projeto arquivo.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de processos de aposentadoria e de pensão cadastrados por ano desde o início do projeto.

Tipo de processo	2019	2020	2021
Aposentadoria	172	335	180
Pensão por Morte	547	205	357
Total	**719**	**540**	**537**

Além disso, ressalta-se que, em 2021 mesmo com as dificuldades ocasionadas pela pandemia, o projeto se manteve com a mesma eficiência após a implantação da metodologia Scrum, uma ferramenta ágil utilizada para gestão e planejamento de projeto, que permitiu mensurar a evolução da produtividade entre os anos de 2019 e 2021.

Esta Diretoria de Previdência, possui uma área especifica de Controle Interno, integrada na Gerência de Controle de Processos e Avaliação de Riscos que possui na sua estrutura uma Unidade de Controle Interno e Auditoria. Com isso, vale ressaltar que é de sua atribuição: definir, implementar e controlar

procedimentos que promovam as melhores técnicas de gestão e governança corporativa ao FUMPRES.

A gerência atua no limite da lei, com ampla liberdade de ação e faz diligências para todos os demais setores do FUMPRES, quando necessário for. Além disso, realiza análise dos processos de forma imparcial e apoia os demais setores no sentido de solicitar correções ao que estiver em desacordo com as normas e instruções, bem como sugere melhorias procedimentais para o bom andamento dos processos. Toda ação da gerência tem como objetivo garantir a conformidade da atuação da diretoria com os princípios norteadores da Administração Pública e do ordenamento jurídico pátrio.

Os principais meios que são utilizados para oferecer suporte ao controle interno do FUMPRES, são divididos da seguinte forma:

- Segregação de Funções: Independência entre as funções de execução operacional;
- Autorização e aprovação: Controle e análise das operações conforme as responsabilidades e riscos envolvidos;
- Legislação: Verificação permanente das atualizações da legislação vigente;
- Confiabilidade das documentações: Utilização de documentos e provas hábeis, bem como autenticidade dos documentos;
- Estímulo à eficiência operacional - Determina prover os meios necessários à condução das tarefas, com o objetivo de obter o entendimento, aplicação e ação tempestiva e uniforme;
- Mapeamento e Manualização: Acompanhamento eficiente da execução das tarefas, bem como a padronização dos fluxos;
- Auditoria: Identificação das conformidades dos cálculos, procedimentos legais, implantações dos benefícios concedidos, considerando a aplicação das políticas determinadas pela administração;

- Equipamento mecânico: Utilização de equipamentos eletrônicos, sistema de gestão e indicadores buscando agilidade e confiabilidade nas atividades.

Destarte, a existência de objetivos claros de cada setor que compõem a estrutura do FUMPRES é pré-requisito para a eficácia dos processos de controle interno e consequentemente da gestão como um todo.

A Unidade de Controle Interno audita, mensalmente, as atividades realizadas pelas diversas áreas mapeadas e/ou manualizadas, por meio de solicitação de informações via Memorando Circular, emitindo relatórios trimestrais, que são apresentados ao Conselho Municipal de Previdência do Servidor (COMPRES) para fins de aprovação, em atendimento às determinações dos procedimentos internos.

Em vista de tais atribuições, foi possível verificar que no primeiro semestre de 2021 as atividades desenvolvidas pelo Controle Interno foram desenvolvidas conforme informações abaixo:

Controle Administrativo – Contratos/ Compras/ Licitações

Todo o processo de aquisição/contratação é realizado pelo setor da Secretaria Municipal de Gestão, contudo passa pela análise do controle interno, antes do pagamento, a fim de que seja atestada a conformidade da instrução processual, com base em checklist de análise, disponibilizado pelo setor responsável, que especifica toda a documentação requerida conforme as particularidades de cada processo as quais poderão variar. Bem como, as aquisições por dispensa de licitação, conforme autorizado pelo LEI 8666/93.

Controle de Benefícios – Concessão e Revisão

A regras para instrução e a análise dos processos previdenciários estão definidas no Manual de Previdência, disponibilizado no site. Conforme modificações legislativas foi verificado no primeiro semestre de 2021 a

necessidade da atualização no site do FUMPRES. http://previdencia.salvador.ba.gov.br/images/MANUAL__PREV_2020_definitivo_05052021_1.pdf

Vale ressaltar que todos os processos de concessão e de revisão de benefícios são encaminhados ao controle interno para elaboração de parecer sobre a legalidade do ato e conformidade do processo, com base em análise realizada conforme checklist específico para cada tipo de benefício.

Nos processos de revisão de benefícios, havendo pagamento retroativo, após o controle interno expedir o parecer técnico pela conformidade e o setor de manutenção de benefícios elaborar a planilha de cálculo, os autos são encaminhados para o Gabinete do Diretor para que seja dada a autorização do pagamento do valor ao requerente.

Não cabendo o pagamento de valores retroativos, ou seja, sendo indeferido o pleito do requerente, os autos são encaminhados para a Diretoria devidamente fundamentada a negativa, e com sugestão de ciência ao interessado sobre a matéria.

Diante disso, segue abaixo os processos revisados em auditoria no exercício do primeiro semestre de 2021.

- **Aposentadoria:** 77 processos analisados
  Valores recuperados: R$ 70.079,64
- **Pensão:** 320 processos analisados
  Valores recuperados: R$ 264.506,22
- **Ressarcimento de má fé:** 19 processos analisados
  Valores recuperados: R$ 2.067.210,19
- **Ressarcimento por óbitos:** 194 processos analisados
  Valores recuperados: R$ 127.758,46

Controle Contábil/Financeira – Apuração do Pagamento do PASEP

Mensalmente, o processo referente ao PIS/PASEP é enviado ao controle interno para fins de análise da conformidade de apuração e pagamento, com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 8 de 03/12/1970, momento em que é analisada a documentação acostada aos autos do referido processo (planilha contendo a base de cálculo, guias de pagamento, notas de empenho, notas de lançamento e outros), com expedição de laudo técnico pela conformidade. Em caso de atraso, justificativas são solicitadas, ao setor responsável, bem como plano de ação para evitar novas ocorrências. Desse modo, no primeiro semestre de 2021 foram analisados 05 processos de liberação de pagamento.

Controle Contábil/Financeira – Execução Orçamentária

É encaminhado para a UCI todos os empenhos a serem assinados pela Diretoria com o objetivo de verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Procedimento que define o setor de Planejamento como responsável pela elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) da autarquia e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e demais legislações vigentes, visando atender com eficácia e eficiência. Além disso, uma vez que todos os processos de despesa passam pela análise do controle interno, é verificada regularmente a conformidade dos empenhos, sendo assim no primeiro semestre de 2021 foram analisados 240 processos de pagamento de fornecedores.

Controle de Investimentos

As auditorias tiveram por objetivo verificar se as atividades têm sido realizadas conforme Manuais de Análise de Riscos, de Autorização para Aplicação ou Resgate, de Credenciamento de Instituições Financeiras, de Elaboração da Política de Investimentos. Desse modo, todas as ações de investimentos passam pela análise do Comitê de Investimentos, que se reúnem mensalmente, afim de acompanhar, parametrizar os valores investidos.

No relatório de investimentos são contemplados a Política de Investimentos Anual e mensal, Comparativos de desempenho das instituições financeiras, carteiras de investimentos, reuniões do Comitê de Investimentos, gráficos dos valores investidos com suas perdas e ganhos dos períodos específicos. Com isso, vale ressaltar que o Controle Interno do FUMPRES verifica os relatórios em relação a sua transparência e sugere disponibilidade no site, visando a transparência dos recursos investidos.

No primeiro semestre de 2021 não foi verificada nenhuma inconsistência nos relatórios, todavia foi orientado a publicação das atas com maior brevidade.

Ademais, no que se refere o controle interno do FUMPRES, considerando a boa prática de gestão, o monitoramento e controle dos riscos, vale ressaltar que o registro das informações foi desenvolvido a partir do levantamento das inconsistências nos processos, com o objetivo de verificar a definição dos riscos, os controles utilizados, as ações planejadas ou executadas e as avaliações pertinentes. Em vista disso, segue abaixo os processos analisado no primeiro semestre de 2021.

Tipo	Quant.
Pensão	156
Aposentadoria	82
Comunicado de Óbito	29
Recadastramento	39
Certidão do Tempo de Contribuição	15
Ressarcimento	89
Isenção de Imposto de Renda	41
Atestado	01
Liberação de Pagamento	05
Pagamento de Fornecedores	240
Outros	24
Total	**721**

Business Process Managament (Bpm)

Business Process Management (BPM) é uma abordagem que integra os objetivos organizacionais aos desejos e necessidades dos clientes através da gestão dos processos de negócio de forma horizontal e transversal. Com

perspectiva de auxiliar no controle interno com a identificação dos possíveis gargalos nos processos de negócio, junto aos projetos de melhoria dos procedimentos realizados diariamente, a DPR abriu frente de trabalho com grau de prioridade ao mapeamento de cada serviço para se obter resultados de padronização e qualidade com a utilização da ferramenta Bizagi Modeler.
Dada a situação dos processos – tanto no desenho metodológico, quanto ao cenário de tecnologia – entendeu-se que a necessidade de transformação nos processos de negócio. Na literatura internacional muito se tem debatido sobre o tema do Business Process Transformation (BPT), que se trata essencialmente de repensar como os processos são executados e atuar em sua transformação para que se adeque às reais necessidades do cliente.

Após levantamento junto às gerências da DPR, identificou-se 29 processos adequados para implementar a automatização – os quais foram discutidos em uma ordem de prioridade que considerou a demanda, o impacto para os objetivos estratégicos e o grau de complexidade. Visto isso, surge a necessidade de um sistema de gestão para RPPS que possibilite relatórios consistentes de soluções tecnológicas seguras objetivando reduzir perdas, melhorar a produtividade através da integração e otimizar tempo facilitando o gerenciamento dos processos.

Nos últimos anos a DPR atuou junto ao Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) da SEMGE e a Companhia de Governança Eletrônica (COGEL) no sentido da implementação de um site específico para o órgão, no qual atualmente já foi disponibilizado um portal para a oferta de serviços online, permitindo grande avanço na proposta de “autosserviço”, além de atendimento às normas de transparência na gestão do FUMPRES. Além disso, o site funcional e otimizado permitiu o maior alcance das informações referente a previdência municipal.

Vale ressaltar que, atualmente o FUMPRES dispõe de um sistema (Sisprev Web) totalmente focado na melhoria dos fluxos operacionais, permitindo o atendimento

descentralizado do segurado, reduzindo consideravelmente o tempo para a concessão de benefícios previdenciários.

Após a implantação do Sisprev Web em 18 de dezembro de 2020, por meio do Decreto nº 33.406, tornou-se crucial a adaptação da nova ferramenta, realização de treinamentos e padronização das atividades através do alinhamento entre os envolvidos da PMS e a empresa responsável pela implantação do software, Agenda Assessoria.

Conforme a automatização dos processos foi avaliada a vasta quantidade de informações preciosas que não poderiam ser perdidas e a possibilidade de inseri-las no sistema, com o aprimoramento de análises mais claras sobre o que precisa ser corrigido. Perante o exposto, foram desenvolvidas as integrações do SISPREV WEB do FUMPRES, conforme abaixo:

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS

- Sistema onde a base de dados do município é alimentada diariamente;
- Integração das informações pertinentes aos servidores, como dados; pessoais e funcionais, bem como informações relativas a pagamentos;
- Importação das atualizações dos servidores efetivos;
- Integração das informações de benefícios dos aposentados e pensionistas, uma vez que a concessão está sendo realizada no SISPREV;
- Envio das informações para folha do SIGP.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

- Agilidade para as publicações oficiais;
- SISPREV gera o arquivo com as portarias e envia o e-mail de forma automática para concessão de benefícios;

TRIBUNAL DE CONTAS

- Dados e documentos gerados automaticamente;
- Envio das informações via web service.

eSalvador

- Sistema eletrônico de produção, tramitação, consulta e arquivamento de atos administrativos da Prefeitura;
- Integração de trâmite, status e andamento dos processos.

Contudo, vale ressaltar que as atividades para a integrações do Sisprev Web com o SIGEF ainda estão sendo realizadas pela Agenda Assessoria e os colaboradores da Diretoria de Previdência.

Além disso, no primeiro semestre de 2021 foi desenvolvido um plano de capacitação com atividades de disseminação de informações acerca do RPPS municipal aos seus segurados e à sociedade, bem como o treinamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Salvador que atuem na área de análise de concessão de benefícios, devido as constantes modificações legislativas, especialmente aquelas introduzidas pela reforma do sistema de previdência social com o advento da Emenda Constitucional n.º 103/2019 e seus reflexos no âmbito do RPPS Municipal. Vale ressaltar que o plano conta com programa de capacitação, orientações, reuniões de integrações, projeto de treinamentos e gestão previdenciária.

Cumprimento de Decisões Judiciais

Conforme reestruturação organizacional da prefeitura pela Lei Complementar nº 03, de 15 de março de 1991, a Procuradoria Geral do Município do Salvador – PGMS é o órgão central do sistema de assessoramento jurídico, com a finalidade de representar judicialmente o Município, defender, em juízo ou fora dele, seu patrimônio, seus direitos e interesses, assessorando juridicamente os órgãos e entidades da sua administração.

Sob este prisma, em relação às defesas judiciais nos processos que tramitam contra ao FUMPRES, a Procuradoria atua apresentando as mais variadas peças judiciais em defesa do RPPS municipal.

Diante disso, a gestão dos processos judiciais é atribuição exclusiva da Procuradoria Geral do Município, competindo a esta Diretoria de Previdência-DPR/SEMGE, órgão da administração direta, o cumprimento das ordens judiciais recomendado pelos representantes da d. PGM, bem como oferecer os subsídios informativos e documentais necessários à elaboração da defesa do Município nas ações propostas.

Sobreleva destacar que as recomendações de cumprimento judicial encaminhados, em caráter geral, dizem respeito a obrigação de fazer, à exemplo de reinclusão de benefícios em folha de pagamento, conclusão de processos administrativos, bloqueios trabalhistas, implantação de descontos a título de pensão alimentícia, entre outros.

No tocante a obrigação de pagar, esclarece-se que seu respectivo cumprimento ocorre em sede de execução de sentença, como sobredito, através do regime de precatório assumido pelo Tesouro Municipal, razão pela qual, no âmbito desta Diretoria de Previdência/FUMPRES, não há que se falar em passivo judicial.

No primeiro semestre de 2021, foram recebidos o quantitativo abaixo de processos:

Tipo	Quant.
Cumprimentos Judiciais	34
Subsídios - Informações	**72**
Total Geral	**106**

Canais de Atendimento

Com o intuito de modernização e promoção do desenvolvimento de um melhor relacionamento com os segurados, foi realizada ações para ampliação dos canais de relacionamento com os segurados, tendo como objetivo principal

desenvolver propostas, em no mínimo duas vertentes, com ferramentas exclusivas para todos os segurados do Fundo Municipal de Previdência do Servidor, sendo as vertentes focadas conforme abaixo:

- Gestão de Recursos: gerenciamento da equipe de forma que as tarefas diárias sejam cumpridas de forma eficiente e satisfatória para os segurados;
- Comunicação Efetiva: desenvolver um bom poder de comunicação, através de ferramentas de relacionamento com os segurados.

No que tange a promoção e garantia dos direitos da cidadania, o aperfeiçoamento e fortalecimento da análise das manifestações, no primeiro semestre de 2021 por meio do DOM nº 7.915 houve a nomeação da ouvidora setorial do FUMPRES, com o objetivo de acolher e responder instantaneamente as demandas.

Por meio do diálogo e prestação de contas a Ouvidoria Setorial do FUMPRES, com atuação na mediação de conflitos desenvolveu ações de melhorias, particularmente a proposta “Ouvidor-Servidor” que ocorreu por meio de eleição incentivando a participação dos servidores na democratização interna. Além disso, surgiu pela necessidade de um "elo" aberto para o diálogo, onde os funcionários transmitem informações, fazem reclamações e até contam suas angústias, para que elas possam ser ouvidas, analisadas e encaminhadas aos responsáveis para orientação.

Diante de tantos ganhos, no primeiro semestre de 2021 foi desenvolvido a prova de vida no aplicativo MEU RPPS, proporcionando uma economia de aproximadamente R$2.200,00 com a contratação de novos funcionários, visto que por conta da pandemia do COVID-19 duas colaboradoras do setor de atendimento foram afastadas. Adicionalmente, uma economia de aproximadamente R$6.776,00/mês visto que não foi necessário o envio de cartas para divulgação da prova de vida, pois além do portal do segurado e

canais de comunicação com a sociedade, o suporte de apoio foi totalmente automatizado através do WhatsApp Business.

Os procedimentos para a prova de vida foram analisados através dos critérios de singularidades dos segurados do FUMPRES, com a percepção de comportamento e adaptações para acessibilidade. Diante disso, a prova de vida foi instituída no Decreto nº 33.982 iniciando as validações a partir do dia 07 de junho. Vale salientar que, a prova de vida ocorre de forma totalmente online pelo aplicativo, com videoconferência para os segurados em situação especifica de problema de saúde, minimizando o deslocamento realizado por assistentes sociais através do atendimento a domicilio.

A busca constante por novas soluções possibilitou a inserção do FUMPRES em uma das redes sociais mais utilizadas no atual cenário. Conectar a sociedade aos acontecimentos do RPPS passou a fazer parte da rotina, com isso o Instagram e todas as suas funcionalidades se tornaram ferramentas indispensáveis de relacionamento com a sociedade. Destarte, como estratégia foi implantada uma rotina de planejamento periódico de postagens por meio de conteúdo útil, marcando presença na internet e interagindo com o público.

Apesar de ser um recurso relativamente simples, as redes sociais juntamente com as pesquisas de satisfação proporcionam um impacto significativo para o RPPS, pois a partir de então é possível identificar a perspectiva da sociedade quanto as tarefas desempenhadas na Diretoria Geral de Previdência.

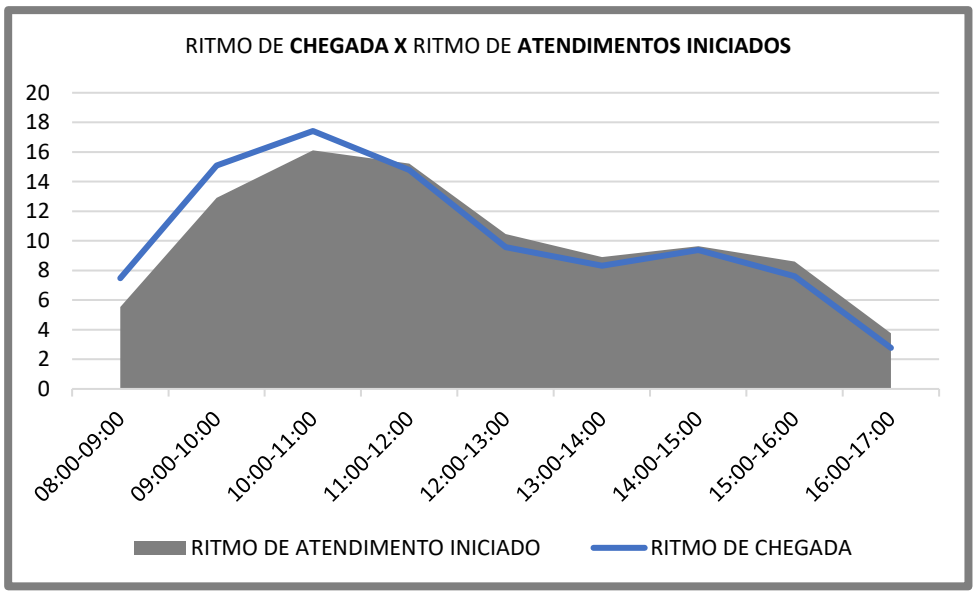
Com isso, posterior as ações desenvolvidas o monitoramento dos atendimentos é realizado com a utilização dos indicadores de desempenho, focando prioritariamente na gestão de atendimentos

Presencial

As atividades de atendimento na DPR envolvem os setores de Cadastro e Orientação e de Assistência Social, bem como serviços online e “fale conosco”

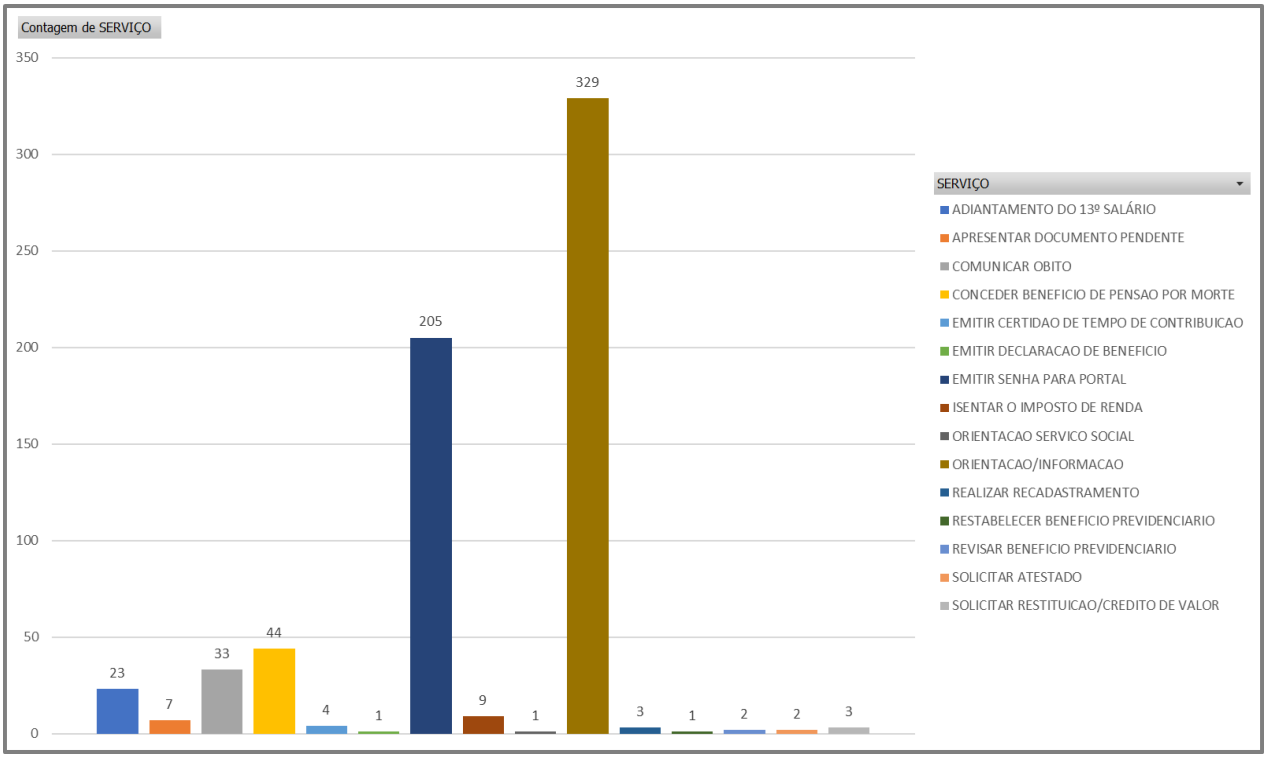
através do site http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/. Para permitir a gestão dos níveis de atendimento oferecidos pela diretoria, colocou-se em marcha a medição e monitoramento do sistema de atendimento. O objetivo é promover um entendimento da organização do trabalho, conhecer a demanda por cada serviço e monitorar a dinâmica das filas.

A medição é apoiada pelo Sistema de Gestão de Atendimento (SGA), disponível na web com versão gratuita, que é capaz de rastrear todas as etapas de um atendimento. Assim, os atendimentos presenciais são monitorados através de indicadores que demonstram a produtividade e o desempenho do sistema de atendimento. Paralelamente, tem sido promovida constantemente uma mudança no mindset dos colaboradores diretamente envolvidos nas atividades de atendimento, os quais não tinham percepção do impacto que geram na capacidade de gestão dos benefícios previdenciários.



Um dos resultados mais importantes do monitoramento, em virtude da sua influência em todo o sistema, é o conhecimento da dinâmica de filas. Conforme o gráfico acima é possível verificar que desde o princípio, a concentração das chegadas de “cliente” nas primeiras horas do dia, com redução significativa da demanda no turno vespertino. Vale ressaltar que no primeiro semestre de 2021

foram realizados 667 atendimentos, sendo 49% para orientação/informação. O gráfico abaixo demonstra os atendimentos realizados:



Conforme Decreto Municipal nº 32.256, publicado em 16 de março de 2020, a obrigatoriedade do recadastramento foi suspensa temporariamente por medidas de prevenção e controle para o enfrentamento do COVID-19 no âmbito do município de Salvador. Diante disso, no primeiro semestre do ano de 2021 os atendimentos previdenciários tiveram uma queda.

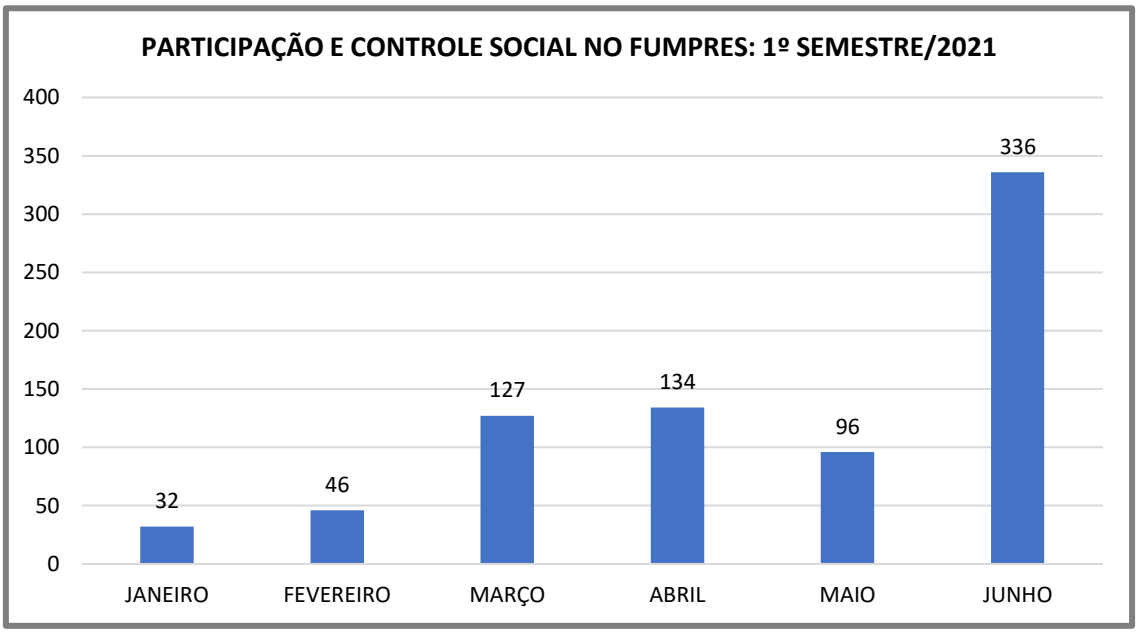
Os indicadores a seguir demonstram grandes incrementos na capacidade produtiva dos setores envolvidos com o atendimento no primeiro semestre de 2021. Sobretudo, o monitoramento contribuiu com a estabilização do sistema de atendimento, mantendo os indicadores em níveis aceitáveis de desempenho e com variabilidade natural, sem apresentar tendências que comprometam a qualidade dos serviços.

Os indicadores são monitorados constantemente e utilizados para apoio à decisão, exercendo importante papel no projeto de melhoria para dos serviços. Diante disso, até o primeiro semestre de 2021 foi extraído da serie histórica os resultados conforme demonstrado a seguir.

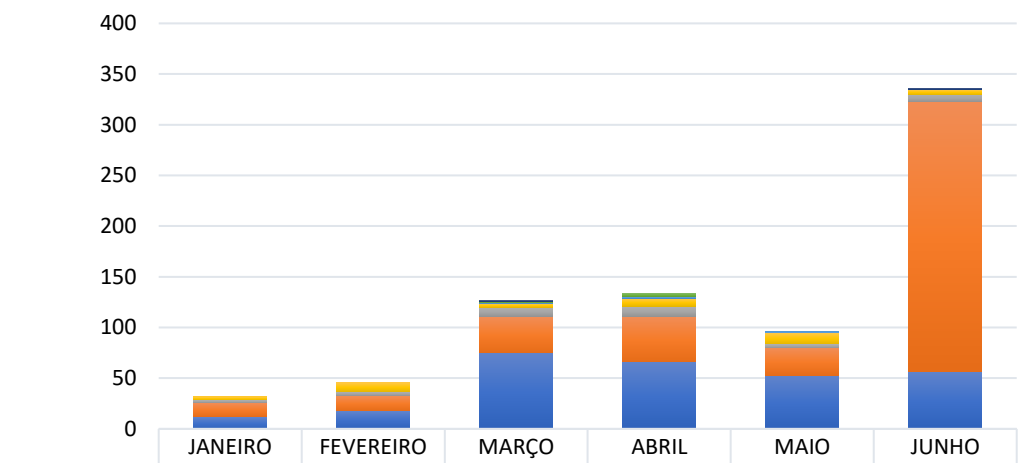
- **TEMPO** MÉDIO DE **ATENDIMENTO:** 09:30 MINUTOS
- **TEMPO** MÉDIO DE **ESPERA:** 14:13 MINUTOS
- **TEMPO** MÉDIO NO **SISTEMA:** 25:24 MINUTOS

Serviços Online

No que se refere as manifestações online no primeiro semestre de 2021, pode-se inferir que 43,57% foram registradas no mês de junho, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Além do exposto, as manifestações do tipo **Informação** e **Solicitação** representaram maior participação social no período. Foi possível verificar que 52% das manifestações do tipo **Informação** e 36% do tipo **Solicitação** no 1º semestre de 2021.



	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Sugestão	0	0	1	0	0	1
Elogio	0	0	1	3	0	0
Denúncia	0	0	1	2	1	0
Dúvidas	3	9	4	8	11	5
Reclamação	3	4	9	10	4	7
Informação	14	15	36	45	27	266
Solicitação	12	18	75	66	53	57

No primeiro semestre de 2021, os assuntos mais demandados foram:

1) **Prova de vida/recadastramento: 35,1%**
   - Manifestações foram sobre realização da prova de vida e também das dificuldades na realização, principalmente na hora de acenar para câmera.

2) **Informe de rendimentos: 21,1%**
   - As demandas ocorreram principalmente nos meses de março, abril e maio, devido ao prazo para declaração do imposto de renda que findou no dia 30 de maio.

3) **Aposentadoria: 11,2%**
   - Informações sobre aposentadoria como tempo para se aposentar e as novas regras de aposentadoria.

4) **Acesso ao portal/aplicativo: 6,1%**
   - Dificuldades para recuperar senha de acesso ao Portal do Servidor para impressão do Informe de Rendimentos/Contracheque.

5) **Andamento/instrução de processos: 5,3%**
   - Informações sobre a tramitação dos processos e prazos para conclusão.

Ademais, a planilha abaixo evidencia o quantitativo dos registros em cada tipo de canal de entrada com detalhamento do primeiro semestre de 2021.

Canal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
E-mail	14	14	46	118	66	74	**332**
App/Portal	16	24	31	8	21	262	**362**
Fale conosco - Site	2	8	50	8	9	0	**77**

Diante do exposto, no primeiro semestre de 2021 a ouvidoria elaborou algumas recomendações com o objetivo de auxiliar a Diretoria de Previdência, sendo elas:

- Considerando relatos frequentes de usuários com dificuldades para recuperar senha de acesso ao Portal do Servidor para impressão do Informe de Rendimentos, recomenda-se que seja avaliada a alteração do procedimento para recuperação de login e senha de acesso ao sistema, possibilitando que o usuário passe a realizar apenas uma ação para tal, seja o envio da senha para que o usuário a troque no primeiro acesso ou e-mail com apenas um link de ativação, para que o usuário cadastre uma nova senha. Atualmente ele precisa preencher CPF, nome, naturalidade e RG, que muitas vezes diverge (em muitos dos casos, pelo dígito 0 que consta em alguns no número do RG) dos dados cadastrados no SIGP.
- Inserir no aplicativo **"Meu RPPS"** o informe de rendimentos e o contracheque;

- Considerando que muitos usuários ainda têm dúvidas em relação à aposentadoria no que diz respeito às regras, tempo para se aposentar, entre outros, esta Ouvidoria recomenda uma maior divulgação nos canais de comunicação acerca do assunto.
- Definir um prazo máximo a ser seguido por todos os órgãos/setores onde tramitam os processos de aposentadoria e pensão através de uma Instrução Normativa, pois estão sendo recebidas diversas reclamações sobre o tempo dos processos e falta de informações sobre prazo.
- Reforçar com os SEGEPs que o tempo de averbação não é migrado automaticamente do SIGP para o SISPREV WEB. Orientá-los a inserir a informação no SISPREV WEB também.
- O aplicativo deveria informar quando há cancelamento da prova de vida, pois diversas pessoas realizaram a prova de vida, e não verificaram no aplicativo se a mesma foi validada ou não.

APROVADO EM 11º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL 29/11/2021
APROVADO EM REUNIÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS COMPRES 12/07/2021

DANIEL RIBEIRO SILVA
Diretor Geral de Previdência